CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Filosofia e Educação em Tempos Neoliberais

Vitor Castilho Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia e Ensino

Orientador(a): Leonardo Diniz do Couto

Rio de Janeiro
30 de julho de 2025

Filosofia e Educação em Tempos Neoliberais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia e Ensino.

Vitor Castilho Costa

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professor Dr. Leonardo Diniz do Couto (PPFEN / CEFET-RJ)
(Orientador)

_____

Professor Ms. João André Fernandes da Silva (PPFEN / CEFET-RJ)

_____

Professor Dr. Felipe Gonçalves Pinto (PPFEN / CEFET-RJ)

_____

Professor Dr. Dalton José Alves (PROF-FILO, polo UNIRIO)

Rio de Janeiro
Julho de 2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

C837 Costa, Vitor Castilho
Filosofia e educação em tempos neoliberais / Vitor Castilho Costa. — 2025.
73f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2025.
Bibliografia : f. 71-73
Orientador: Leonardo Diniz do Couto

1. Educação - Filosofia. 2. Base Nacional Comum Curricular. 3. Neoliberalismo. 4. Ensino médio - Brasil. 5. Reforma do ensino - Brasil. I. Couto, Leonardo Diniz do. (Orient.). II Título.

CDD 370.1

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os professores de filosofia e das ciências humanas em geral, cuja atuação se mostra ainda mais primordial em um contexto neoliberal e mercadológico que

frequentemente desvaloriza o pensamento crítico e a formação humanística. É pela incansável dedicação de vocês que o sentido mais profundo do saber é reafirmado a cada dia, para além de qualquer funcionalidade ou utilidade imediata, servindo como ferramenta essencial na busca e compreensão da verdade, na análise racional do mundo e na exploração das questões fundamentais sobre a existência e a natureza humana. Assim, nutrem a capacidade de reflexão, questionamento e compreensão das complexidades da vida e da sociedade, promovendo a formação de cidadãos verdadeiramente conscientes e engajados.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha mais profunda gratidão, em primeiro lugar a Deus, pela sublime oportunidade de integrar uma instituição da envergadura do CEFET e de participar de um programa de tamanha excelência como o PPFEN. Meu reconhecimento sincero estende-se à minha família, pilar fundamental desta jornada: à minha esposa, Michelle, pelo acompanhamento e apoio incondicional que recebi ao longo de todo este percurso; aos meus filhos, Guilherme e Sofia, que sempre estiveram ao meu lado, iluminando meus dias com sua alegria; aos meus pais, George e Néa, pelo suporte constante e inabalável que sempre me ofereceram; à minha sogra, Solange, por sua presença e carinho; aos meus padrinhos de batismo, Fernanda e Gilma, que me auxiliaram em todas as etapas deste processo com sua generosidade; e à minha irmã, Rebeca, que mesmo de longe me enviou seus augúrios e energias positivas. Aproveito para registrar um agradecimento especial e merecido ao meu orientador, Professor Leonardo Couto, cujo apoio, paciência e orientação foram inestimáveis e cruciais ao longo de toda esta desafiadora, mas gratificante, trajetória. Minha gratidão se estende à distinta banca examinadora, os Professores Dalton, Felipe e João, que gentilmente dedicaram seu tempo e valioso conhecimento para avaliar meu trabalho com tanto rigor e profissionalismo. Por fim, dirijo meus agradecimentos a todos os colegas de profissão das diversas instituições das quais tive o privilégio de fazer parte; seria uma injustiça mencionar nomes individuais, dada a plêiade de rostos, histórias, lutas e sacrifícios compartilhados em nosso cotidiano,

mas em meio a momentos de alegria, desafios e superações, vossas presenças enriqueceram meus dias e conferiram um sentido mais profundo à minha jornada. E, evidentemente, um agradecimento especial e emocionado aos alunos, a verdadeira e inspiradora razão de todo o nosso empenho, dedicação e paixão pela educação.

RESUMO

Filosofia e Educação em Tempos Neoliberais

A dissertação "Filosofia e Educação em Tempos Neoliberais" investiga os desafios enfrentados pelo ensino de Filosofia no Brasil após as recentes reformas educacionais, como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio de 2017. Argumenta-se que o avanço do neoliberalismo, com sua ênfase em tecnocracia e produtividade, impactou negativamente as humanidades, priorizando disciplinas utilitaristas em detrimento do pensamento crítico e da formação cidadã. O trabalho ressalta a importância da Filosofia para a educação democrática e o desenvolvimento ético dos indivíduos, ao investigar questões fundamentais sobre existência, conhecimento, verdade e moralidade. Através da análise da lógica neoliberal, que busca transformar todas as esferas da vida social em mercadorias (incluindo a educação), a dissertação discute estratégias para reverter a marginalização da Filosofia e garantir sua inserção nos currículos escolares. O documento também destaca programas de pós-graduação na área, como o PPFEN do CEFET/RJ, como polos de resistência à instrumentalização da educação, visando promover uma formação humana mais completa e reflexiva. Adicionalmente, a pesquisa resultou no desenvolvimento do "Minicurso de Filosofia e Educação em Tempos Neoliberais", um produto pedagógico que visa analisar criticamente o papel do ensino de Filosofia no Brasil frente às transformações educacionais neoliberais, abordando o histórico da disciplina, os fundamentos e impactos do neoliberalismo na educação, e explorando estratégias de resistência e reafirmação do pensamento crítico e humanístico. Este minicurso é direcionado a estudantes de licenciatura, professores de Filosofia e outras áreas das Ciências Humanas, educadores, pesquisadores e demais interessados no debate sobre educação, sociedade e neoliberalismo.

Palavras-chave: Filosofia, Educação, Neoliberalismo, BNCC, Reforma do Ensino Médio, Humanidades.

ABSTRACT

Philosophy and Education in Neoliberal Times

The dissertation "Philosophy and Education in Neoliberal Times" investigates the challenges faced by Philosophy education in Brazil following recent educational reforms, such as the BNCC and the 2017 High School Reform. It argues that the advancement of neoliberalism, with its emphasis on technocracy and productivity, has negatively impacted the humanities, prioritizing utilitarian disciplines over critical thinking and civic education. The work highlights the importance of Philosophy for democratic education and the ethical development of individuals, by investigating fundamental questions concerning existence, knowledge, truth, and morality. Through an analysis of neoliberal logic, which seeks to transform all spheres of social life into commodities (including education), the dissertation discusses strategies to reverse the marginalization of Philosophy and ensure its inclusion in school curricula. The document also emphasizes the role of postgraduate programs in the field, such as PPFEN at CEFET/RJ, as centers of resistance against the instrumentalization of education, aiming to promote a more complete and reflective human formation. Additionally, the research resulted in the development of the "Philosophy and Education in Neoliberal Times Mini-Course," a pedagogical product designed to critically analyze the role of Philosophy education in Brazil in the face of neoliberal educational transformations. This mini course covers the discipline's history, the fundamentals and impacts of neoliberalism on education, and explores strategies for resistance and the reaffirmation of critical and humanistic thought, targeting undergraduate students, Philosophy teachers, other humanities educators, researchers, and other stakeholders interested in the debate on education, society, and neoliberalism.

Keywords: Philosophy, Education, Neoliberalism, BNCC, High School Reform, Humanities.

Sumário

Introdução 10

1. Histórico e Contexto da Filosofia no Cenário Brasileiro 18
1.1. Origens e Primeiros Passos da Filosofia no Brasil 18
1.2. Transição para o Período Republicano 20
1.3. Ensino de Filosofia nos Anos 1930 20
1.4. A Reforma Capanema de 1942 e a Consolidação da Filosofia no Ensino Secundário 22
1.5. A Filosofia e o Ensino Tecnocrático dos Anos 1950 e Início dos 1960 22
1.6. A Filosofia na Educação Brasileira Durante a Ditadura Militar e a Redemocratização (1964-1996) 23
1.7. A Filosofia na Educação Brasileira Pós-Redemocratização (1996 - Presente) 25
1.7.1. A LDB de 1996 e a Reintegração Gradual da Filosofia 26
1.7.2. A Lei nº 11.684/2008 e a Obrigatoriedade da Filosofia 27
1.7.3. A BNCC de 2017 e os Novos Desafios para a Filosofia 28
1.7.4. Perspectivas Futuras para a Filosofia na Educação Brasileira 29
1.7.5. A Filosofia e a Formação do Pensamento Crítico 30
1.7.6. A Filosofia e a Interdisciplinaridade 31

2. Conceituação, Impactos e Repercussões do Neoliberalismo na Educação Brasileira 33
2.1. A Lógica de Mercado no Coração da Sociedade e da Educação 33
2.2. O Projeto Chileno 34
2.3. Projeto Neoliberal x Wellfare State 37
2.4. Consenso de Washington 39
2.5. Consequência para a Classe Trabalhadora 41
2.6. Alguns Teóricos que Foram Base para as Ideias Neoliberais 42
2.7. O Sujeito como Empresa de Si Mesmo 43
2.8. O Ensino e a Lógica Neoliberal 45
2.9. O Neoliberalismo e o Ensino de Filosofia 46
2.10. O Neoliberalismo no Brasil 51
2.11. O Neoliberalismo na Educação Brasileira 56

3. Estratégias de Resistência e Reafirmação do Ensino de Filosofia no Contexto Neoliberal 63
3.1. Práticas Pedagógicas Inovadoras e o Desenvolvimento do Pensamento Crítico 63
3.2. Mobilização Social e Política em Defesa das Humanidades 65
3.3. A Filosofia como Ferramenta para Enfrentar os Desafios Contemporâneos 66
3.4. O Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN) do CEFET/RJ: Um Contraponto à Instrumentalização Neoliberal da Educação 68
Conclusão 71

Anexos 78

Anexo 1 - Produto Pedagógico: Minicurso de Filosofia e Educação em Tempos Neoliberais 79

1- Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os desafios colocados pela criação e aplicação da legislação brasileira que regulamenta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver na Educação Básica neste país.[1] Esse documento traz um conjunto de desafios para o ensino de humanidades, especialmente para o ensino de filosofia.

A filosofia é frequentemente referida como a "mãe de todas as ciências" porque a partir de seu intento de compreensão da realidade em sua totalidade foram se estruturando todas as outras investigações científicas. Ela, assim, consolidou-se como base e suporte teórico para as demais disciplinas, mas não só isso, ela também promove uma reflexão crítica sobre seus fundamentos e métodos. Desde os gregos, como Platão e Aristóteles, os filósofos se dedicaram a investigar questões fundamentais sobre existência, conhecimento, verdade e moralidade, que mais tarde deram origem a áreas do conhecimento que se consolidaram ao longo do tempo em disciplinas escolares como física, biologia, matemática, linguística, artes e outras. A própria filosofia se tornou um componente curricular das escolas de educação básica no Brasil e no mundo.

Em um cenário onde o neoliberalismo molda crescentemente as prioridades educacionais, direcionando investimentos e currículos para disciplinas tecnológicas em detrimento de outras áreas, a filosofia emerge como um contraponto crucial e necessário. Longe de ser um luxo intelectual, ela serve como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e da reflexão ética, qualidades que se tornam ainda mais urgentes em sociedades movidas pela lógica da eficiência e do consumo. Ao questionar as premissas subjacentes a modelos econômicos e sociais, a filosofia capacita indivíduos a transcenderem a mera instrumentalização do conhecimento e a discernirem o impacto humano e social das inovações tecnológicas. Ela cultiva a capacidade de avaliar valores, promover a responsabilidade e imaginar futuros alternativos, assegurando que o avanço técnico não se dissocie da busca por uma sociedade justa e equitativa. As instituições educacionais marginalizaram as humanidades, priorizando as disciplinas

[1]Ministério da Educação, "Base Nacional Comum Curricular (BNCC)," Conselho Nacional de Educação, accessed November 11, 2024, http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc.

"STEM", sigla em inglês que significa, (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), minando a capacidade dos alunos de desenvolver o pensamento crítico em questões sociais profundas. Com esta afirmação dizemos que não há hierarquia entre as disciplinas, mas que a todos deve ser dado um lugar de direito. A filosofia e outras disciplinas de humanidades têm um papel crucial no desenvolvimento humano. Como Nussbaum afirma em seu livro:

> As humanidades e as artes não se resumem à lucratividade. Elas criam um mundo no qual vale a pena viver, onde as pessoas se reconhecem como indivíduos completos, com opiniões e sentimentos que merecem respeito e compreensão. A filosofia, assim como outras áreas das humanidades, busca construir esse mundo. (NUSSBAUM, 2015, p. 39).[2].

A ênfase nas disciplinas utilitaristas reflete uma visão estreita da educação, priorizando o retorno econômico imediato e ignorando os benefícios de longo prazo da educação crítica e reflexiva. Sócrates, apresentado a nós por Platão, introduziu o método socrático na filosofia. Um método que não apresenta respostas prontas, mas constrói o conteúdo a partir do diálogo. De acordo com Sócrates, a vida não refletida não vale a pena ser vivida (PLATÃO, 2003)[3]. Ou seja, a vida sem reflexão, sem crítica, não vale a pena. Essa abordagem difere significativamente da abordagem meramente baseada em acúmulo de conteúdo sobre o funcionamento do mundo. Em Pedagogia do Oprimido (1970), Paulo Freire critica o modelo tradicional de ensino, que ele chama de "educação bancária", onde os alunos são vistos como destinatários a serem preenchidos passivamente de conteúdo. O autor propõe uma educação dialógica e crítica em que os alunos são estimulados a refletir sobre sua realidade e transformá-la.

> Os homens, nesta visão, quando recebem o mundo que entra neles, já são seres passivos; cabe à educação apaziguá-los ainda mais e adaptá-los ao mundo. Quanto mais se adaptam ao conceito de 'banco', mais 'educados' se tornam, porque estão adequados ao mundo. Essa é uma concepção que, implicando uma prática, só pode interessar aos opressores, que ficarão ainda mais em paz quanto mais adequados os homens estiverem ao mundo; quanto mais adaptados, menos questionam o mundo. Quanto mais a grande maioria se ajusta aos fins prescritos pelas minorias dominantes, de modo que não têm o direito de ter seus próprios fins, mais essas minorias podem

[2] NUSSBAUM, Martha. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades.* Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
[3]PLATÃO. Apologia de Sócrates. Tradução de Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Martin Claret, 2003.

prescrever."(FREIRE, 2019, p. 79)[4].

O principal problema que precisa ser debatido e resolvido nesta dissertação é a marginalização sistemática das humanidades, especialmente da filosofia. Essa marginalização acontece principalmente devido ao avanço das políticas neoliberais em todo o mundo, especialmente no Brasil. Para a filosofia, esse marco é a publicação da BNCC em dezembro de 2017[5]. A BNCC considera a filosofia não obrigatória e, portanto, não prioritária. Neste documento, a filosofia aparece como conteúdo, mas não como uma disciplina que deve ser ensinada. A partir desse marco, os profissionais que ensinam filosofia no ensino médio têm lutado constantemente para se estabelecer e estimular o pensamento crítico e democrático entre os alunos.

No Brasil, a história da disciplina específica da filosofia é marcada pela inserção e supressão. Durante a ditadura militar (1964-1985), por exemplo, o ensino de filosofia no ensino primário foi alvo de repressão e controle. A disciplina, vista como potencialmente subversiva e crítica ao regime, foi retirada do currículo em 1971 pela Lei 5.692. Como aponta o artigo "O Ensino de Filosofia nos Anos de Repressão Pós-1964", (ALVES, 2010)[6] "a Lei nº 5.692/71 retirou a Filosofia do currículo escolar e a substituiu pela Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira". (ALVES,2010)[7] Em seu lugar, foram introduzidas disciplinas como Organização Política e Social Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), que visavam doutrinar os alunos com os valores e ideologias do regime.

Apenas em 2008, esta disciplina voltou a ser obrigatória nos currículos brasileiros. A sua reintegração ao currículo escolar brasileiro reflete as transformações políticas e educacionais das últimas décadas. Após um período de marginalização das ciências humanas durante a ditadura militar e o avanço do neoliberalismo na década de 1990, que privilegiou as disciplinas tecnocráticas, o retorno da filosofia ao sistema educacional brasileiro foi impulsionado por leis que buscavam reverter essa lógica utilitarista e destacar a importância do pensamento crítico.

A lei que reintegrou a filosofia foi a Lei nº 11.684 de 2008, que tornou obrigatória

---

[4] FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
[5] Brasil. 2017. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. "Institui a Reforma do Ensino Médio e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional." Diário Oficial da União, 17 de fevereiro de 2017.
[6] ALVES, Dalton. O ensino de filosofia nos anos de repressão pós-1964. Ensaios Filosóficos, Volume X, Dezembro/2014.
[7] Ibid

a inclusão desta disciplina no currículo do ensino médio e ampliou sua presença no ensino fundamental[8]. A lei visava restaurar a filosofia como disciplina essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico, contrastando com o crescente foco no mercado de trabalho e na qualificação da força de trabalho defendido pelo modelo neoliberal. A obrigatoriedade da disciplina ocorrida em 2008 foi um marco; representou um movimento de valorização das ciências humanas, reconhecendo-as como fundamentais para a educação entendida como fundamental para a cidadania e não apenas como preparação profissional.

No entanto, as consequências dessa mudança foram mistas. Embora a filosofia tenha sido formalmente reintegrada ao currículo escolar, sua implementação prática tem enfrentado resistências devido à falta de infraestrutura, formação de professores e à visão neoliberal ainda predominante, priorizando áreas voltadas para a produtividade. Esse cenário foi agravado pela reforma do ensino médio de 2017, sancionada pela Lei nº 13.415/2017, que reformulou o ensino médio brasileiro, introduzindo um currículo mais "flexível" e "modular"[9]. Essa reforma permitiu que os alunos escolhessem áreas de concentração, como línguas, ciências naturais, matemática e ciências humanas, mas, ao mesmo tempo, reduziu a carga horária de disciplinas como filosofia e sociologia, o que tornou essas disciplinas mais vulneráveis à exclusão dos currículos, especialmente em sistemas de ensino que priorizam uma educação mais utilitarista.

A redução da carga horária de filosofia e sociologia, dentre outras disciplinas, gerou intenso debate, pois ao priorizar uma formação centrada em competências técnicas sem garantir espaço adequado para as ciências humanas, a reforma eliminou a possibilidade de os alunos desenvolverem habilidades éticas e de reflexão crítica. A redução do espaço para as ciências humanas no ensino médio reflete uma tendência mundial do ensino técnico, onde a cidadania e a educação crítica são substituídas por uma formação voltada para a adaptação ao mercado de trabalho e à lógica do capital. Essa abordagem empobrece a capacidade dos indivíduos de questionar a realidade e agir de forma emancipatória na sociedade.

Uma educação que negligencia as ciências humanas contribui para a formação de

[8] BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jun. 2008..

[9] BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Reforma do Ensino Médio e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

cidadãos tecnicamente competentes, mas socialmente apáticos, incapazes de se engajar em debates envolvendo questões éticas, políticas e sociais. A filosofia, portanto, como área do conhecimento que promove a reflexão sobre a sociedade, a ética, a política e o conhecimento foram prejudicados por uma lógica educacional voltada para resultados imediatos de produtividade e empregabilidade. Historicamente, a reintegração da filosofia ao currículo escolar visa retomar a tradição da educação como meio para a formação integral do ser humano, não apenas sua capacidade técnica. No entanto, após a criação da BNCC em 2017, essa disciplina foi repentinamente suprimida novamente. Após a medida, os professores de filosofia passaram a ter poucos horários de aula. Muitas vezes, eram obrigados a ministrar aulas de outros componentes curriculares em áreas que não eram filosofia para aumentar sua carga horária e alcançar uma remuneração mínima para o seu sustento.

O ensino de filosofia foi substituído em muitos currículos por disciplinas como "empreendedorismo" ou "projeto de vida", e os professores muitas vezes têm que ministrar disciplinas eletivas criadas com o Novo Ensino Médio (NEM), que por sua vez resultou da Reforma da BNCC. As mudanças na BNCC foram implementadas durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), período marcado pela ascensão da extrema direita na política. Grupos conservadores que defendiam agendas como a "escola sem partido" viam o ensino da Filosofia como uma manifestação do progressismo na educação. Esses grupos argumentaram que as discussões sobre questões interseccionais, direitos humanos, ética, democracia e cidadania, que estão ligadas aos movimentos sociais de esquerda, influenciaram ideologicamente os currículos dessas disciplinas e, portanto, deveriam ser combatidas.

Nesse contexto, há também a percepção de que disciplinas que não têm valor de mercado imediato na sociedade, como filosofia, artes e outras ciências humanas, tendem a ser marginalizadas em favor de áreas consideradas mais "úteis" para a economia, como as ciências exatas e tecnológicas. Essa situação se deve ao avanço do que ficou conhecido como sistema neoliberal.

> Os países e seus sistemas educacionais estão descartando imprudentemente as habilidades indispensáveis para manter a democracia viva. Se essa tendência continuar, todos os países logo produzirão gerações de máquinas lucrativas, em vez de cidadãos íntegros que podem pensar por si mesmos, criticar a tradição e entender o significado dos sofrimentos e realizações dos outros. O futuro da

democracia depende disso[10].

O neoliberalismo é um sistema político e econômico com repercussões culturais derivadas do liberalismo clássico adaptado à economia globalizada. Suas principais características são a redução do papel do Estado na economia, a promoção da livre concorrência, a valorização da livre iniciativa e a eliminação de barreiras ao comércio internacional. Posteriormente discutiremos a fundo o Neoliberalismo.

É essencial reconhecer que o declínio do papel da filosofia na educação não é simplesmente uma coincidência. Essa mudança destaca uma transformação significativa nos fundamentos da educação, particularmente na educação popular, que frequentemente subestima a importância da investigação reflexiva. Essa tendência também se estende às artes e ciências humanas, indicando uma evolução mais ampla em nosso cenário acadêmico. Ao examinar como esse fenômeno se relaciona com as políticas promulgadas pelas principais nações capitalistas, muitas vezes influenciadas pelo neoliberalismo, podemos fomentar discussões enriquecedoras e aprofundar nossa compreensão da educação e seu papel na sociedade. A investigação reflexiva é crucial para promover o pensamento profundo e o envolvimento com ideias complexas, como enfatizou Nussbaum (2010)[11].

No entanto, essa questão não se limita apenas à filosofia. Também afeta vários campos, especialmente o campo das artes e das ciências humanas. Essa mudança mais ampla aponta para uma mudança em nossas prioridades acadêmicas, levantando preocupações sobre se os alunos estão tendo acesso a reflexões críticas ao mundo no qual estão inseridos e se estão tendo contato com abordagens criativas a respeito da realidade na qual vivem.

Para entender verdadeiramente essa situação, devemos considerar como ela se conecta às políticas educacionais das principais nações capitalistas. Muitas dessas políticas estão vinculadas a ideais neoliberais que enfatizam a eficiência econômica e resultados mensuráveis, muitas vezes às custas de uma experiência educacional mais completa. Ao explorar essas conexões, podemos ter discussões significativas sobre os desafios que a educação enfrenta hoje e apreciar seu papel vital na formação dos indivíduos e da sociedade.

---

[10] NUSSBAUM, Martha C. Não para o lucro: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
[11] Ibid

O neoliberalismo no Brasil, como em outros países, promove a privatização, reduz o papel do Estado na economia e valoriza o livre mercado. Esse ambiente influencia significativamente a organização e as prioridades da educação. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 32), "o neoliberalismo busca transformar todas as esferas da vida social em mercadorias, incluindo a educação". Consequentemente, há uma ênfase crescente no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas imediatamente aplicáveis ao mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento das ciências humanas e sociais, como a filosofia[12].

O sistema capitalista contemporâneo valoriza muito a eficiência e a produtividade, muitas vezes levando à percepção de que a filosofia e as humanidades são menos "úteis" em relação ao seu valor de mercado. Esse foco estreito na utilidade ignora as profundas contribuições que a filosofia pode fazer para a sociedade. A filosofia desafia as perspectivas unidimensionais e pragmáticas comumente associadas ao pensamento neoliberal, não apenas explorando o "como" por trás dos fenômenos sociais e econômicos, mas também investigando o "porquê", fornecendo assim insights mais profundos sobre a existência humana e as estruturas sociais.

Em uma estrutura neoliberal, o arquétipo de um cidadão desejável é principalmente um gerador de riqueza. Essa perspectiva descarta a importância da empatia, da responsabilidade social e das reflexões éticas que a filosofia nutre. A filosofia da investigação crítica muitas vezes contradiz os interesses do capital, priorizando o lucro sobre o bem comum. Como resultado, em sociedades orientadas para o mercado, a filosofia é frequentemente subvalorizada; é percebido como subversivo porque seus insights não geram retornos imediatos e quantificáveis sobre o investimento. Além disso, o discurso filosófico pode desafiar as narrativas dominantes, questionar os paradigmas existentes e defender formas alternativas de pensar que muitas vezes se opõem às ideologias de mercado predominantes.

Apesar desses desafios, a filosofia tem o potencial de contribuir significativamente para a equidade e o progresso social. Cultiva uma cidadania reflexiva engajada no interesse próprio e no bem-estar dos outros, promovendo a justiça social e a inclusão. Ao promover habilidades de pensamento crítico, a filosofia prepara os indivíduos para navegar por dilemas éticos complexos e se envolver cuidadosamente em

[12] DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

debates políticos e sociais. Esse papel crucial na educação ressalta a necessidade de reflexão filosófica em um mundo cada vez mais complexo.

A importância da filosofia na formação de cidadãos informados e conscientes não pode ser exagerada. Articula-se esse sentimento de forma sucinta pois a filosofia é essencial para que se formem cidadãos críticos e conscientes, que sejam capazes de analisar e questionar a realidade. Sendo assim, a filosofia não apenas aumenta a compreensão do sujeito, mas também contribui significativamente para o tecido da sociedade, incentivando a participação ativa nos processos democráticos e nas considerações éticas.

O valor intrínseco da filosofia é inquestionável não apenas por sua relevância acadêmica, mas também por representar a ferramenta que sustenta o desenvolvimento social, pois apresenta questões relacionadas a questões fundamentais e existenciais. Portanto, esse valor não pode ser questionado e relegado a um espaço pouco relevante na educação brasileira. A filosofia deve ocupar um papel primordial e proeminente nos currículos escolares.

Diante do cenário atual, devemos nos perguntar: ainda há espaço para o ensino de filosofia no Brasil hoje e qual é o papel dessa disciplina no contexto da educação primária nacional podemos nos questionar se ainda há espaço para a investigação filosófica em um mundo neoliberal, tecnocrático e pragmático. O cenário desafiador pode nos levar inicialmente a uma conclusão bastante pessimista. No entanto, em vez de obter respostas, vamos nos concentrar nas perguntas certas: Quais são os desafios e oportunidades para a filosofia em um contexto educacional e social que prioriza cada vez mais o imediatismo e o pragmatismo? Além disso, como os professores devem navegar no espaço limitado disponível para eles? O que é o neoliberalismo e como ele afeta a educação no Brasil e no mundo? Quais os caminhos possíveis diante deste cenário?

1 - Histórico e contexto da filosofia no cenário Brasileiro

A filosofia, como campo de conhecimento e reflexão, possui uma longa e complexa trajetória no Brasil. Desde os primeiros momentos da colonização, sua presença foi moldada por fatores culturais, religiosos e políticos que influenciaram diretamente sua institucionalização e desenvolvimento. Este capítulo busca explorar os marcos históricos e os contextos que definiram a evolução da filosofia no país, analisando desde sua introdução pelos jesuítas no período colonial até sua posição no cenário educacional contemporâneo. Com base em uma revisão detalhada de fontes e estudos, será possível compreender como a filosofia desempenhou um papel central na formação do pensamento crítico e na estruturação dos currículos educacionais, enfrentando avanços e retrocessos ao longo dos séculos.

1.1 Origens e Primeiros Passos da Filosofia no Brasil

A filosofia no Brasil teve seus primeiros registros com a chegada dos jesuítas no século XVI. Eles introduziram estudos filosóficos em suas escolas como parte do ensino humanístico, que buscava formar o indivíduo integralmente. Essa perspectiva era parte de um modelo de educação que buscava formar cidadãos completos, preparados tanto para o exercício da fé quanto para a participação na sociedade colonial.

A instalação do projeto educacional jesuítico no Brasil não pode ser desvinculada do cenário global da Contrarreforma. A Companhia de Jesus atuou como um agente fundamental na expansão do catolicismo, e seus colégios se tornaram uma ferramenta estratégica para esse fim. Conforme aponta Saviani (2007, p. 57)[13], "a obra educativa dos colégios jesuítas foi um dos fatores mais eficientes da Contra-Reforma católica". Desse modo, a educação oferecida no período colonial foi, em sua essência, um empreendimento missionário que visava consolidar a fé e moldar a sociedade local segundo os valores europeus e cristãos.

O alicerce pedagógico dessa iniciativa era o, o manual que normatizava o ensino em toda a rede jesuítica. Este documento estabelecia um currículo rigoroso, cuja base intelectual resultava de uma "articulação entre a filosofia de Aristóteles e a tradição

[13] SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

cristã" (SAVIANI, 2007, p. 57)[14]. Essa fusão entre o pensamento clássico e a doutrina tomista organizava o conhecimento de forma hierárquica, conduzindo os estudantes dos estudos elementares e de humanidades para os níveis mais complexos da filosofia e da teologia, assegurando uma formação intelectual disciplinada e coesa.

O propósito final de todo esse processo formativo era eminentemente espiritual. A educação jesuítica buscava orientar o indivíduo para o que se considerava sua verdadeira vocação: a união com Deus. O desenvolvimento da razão e o acúmulo de conhecimento não eram fins em si mesmos, mas sim instrumentos para que o ser humano se compreendesse como parte de uma ordem divina maior. A realização plena da condição humana, portanto, consistia em direcionar a vida para o encontro com o Criador, um ideal que, segundo Saviani (2007, p. 59)[15], alinhava a formação do indivíduo a um projeto de salvação e de ordenamento religioso no Novo Mundo.

Essa abordagem humanística, no entanto, tinha seus limites. Esse viés formativo era explicitado nos conteúdos ministrados, que frequentemente priorizavam a ética cristã e os princípios da lógica formal para reforçar valores de obediência e fé. A expulsão dos jesuítas em 1759, ordenada pelo Marquês de Pombal, representou uma ruptura drástica na trajetória da filosofia no Brasil. Esse evento não apenas desarticulou as estruturas educacionais existentes, mas também trouxe mudanças profundas no modelo educacional. Para ilustrar as consequências dessa expulsão, Nussbaum (2015, p. 47) argumenta:

> Quando uma educação fundamentada nas humanidades é desmantelada, perdem-se não apenas conhecimentos específicos, mas também a capacidade de formar cidadãos capazes de questionar o mundo ao seu redor. A ausência de filosofia no currículo reduz significativamente a oportunidade de desenvolver habilidades críticas essenciais para uma sociedade democrática[16].

Após a saída dos jesuítas, o ensino filosófico foi reorganizado de forma pragmática, com foco em atender às demandas econômicas e administrativas da colônia.

---

[14] Ibid.

[15] Ibid.

[16] NUSSBAUM, Martha C. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. Tradução de André Telles. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

1.2 Transição para o Período Republicano

Com a Proclamação da República em 1889, houve esforços para resgatar a filosofia como disciplina essencial na formação educacional. No entanto, o contexto político e social da época influenciou fortemente a abordagem adotada. O positivismo, corrente filosófica predominante no início da República, teve grande impacto sobre o currículo escolar. Essa influência é evidente nos discursos políticos da época, que viam a filosofia como ferramenta para consolidar uma sociedade racional e progressista. Porém, essa racionalidade frequentemente excluía as camadas populares, mantendo o acesso à educação filosófica restrito às elites. Mesmo com essas limitações, a criação das primeiras faculdades de filosofia no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, representou um avanço significativo. Essas instituições foram estabelecidas com o objetivo de formar professores para o ensino secundário, respondendo à demanda crescente por educação humanista.

1.3 Ensino de Filosofia nos Anos 1930

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930 deu início a um profundo reordenamento político no Brasil, no qual a educação foi elevada à condição de peça estratégica para a construção de uma nova identidade nacional. Neste contexto, a reinserção da filosofia como disciplina obrigatória no ensino secundário, por meio da Reforma Francisco Campos, foi uma decisão de grande peso político. A medida não representava apenas um resgate acadêmico, mas um movimento deliberado para influenciar a arquitetura intelectual das futuras elites, inserindo o pensamento filosófico no centro do projeto de modernização e centralização do Estado.

A função atribuída à disciplina, contudo, era notadamente ambivalente. No plano oficial, defendia-se seu valor para uma sólida formação humanística, essencial para desenvolver o raciocínio e a disciplina mental em oposição ao que se via como um pragmatismo limitador. De forma subjacente, no entanto, a filosofia foi também concebida como um instrumento de controle. Seu ensino, focado em sistemas clássicos e na lógica formal, funcionava como uma barreira de contenção contra as correntes de pensamento julgadas perigosas para a ordem vigente, especialmente o liberalismo e o

comunismo, ao mesmo tempo que promovia uma visão de mundo mais coesa e hierarquizada.

Essa tensão entre o ideal de formação erudita e a realidade do controle ideológico se intensificou ao longo da década, culminando na instauração da ditadura do Estado Novo em 1937. A partir de então, qualquer ambiguidade se desfez em favor da clara subordinação da filosofia aos interesses do regime. A análise dos programas e diretrizes pedagógicas da época revela um currículo cada vez mais direcionado à exaltação do nacionalismo, da ordem e da disciplina moral. Assim, o ensino filosófico no período foi um campo de disputas, no qual o potencial crítico da filosofia foi sistematicamente neutralizado para que ela pudesse servir como ferramenta de legitimação de um projeto autoritário de nação.

Durante esse período, a Filosofia foi consolidada como disciplina no ensino secundário, reforçando a influência das humanidades na formação dos estudantes. O modelo educacional brasileiro inspirava-se nas reformas pedagógicas europeias, especialmente no ensino clássico francês, que priorizava disciplinas como Línguas Clássicas, História, Literatura e Filosofia (SAVIANI, 2008)[17]. Esse modelo, voltado para a formação das elites intelectuais e políticas, via na Filosofia um elemento essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e da cultura erudita.

A primeira grande regulamentação educacional desse período foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932 e assinado por educadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. O documento defendia uma escola laica, pública e universal, enfatizando a necessidade de um ensino humanístico que preparasse os alunos não apenas para o trabalho, mas também para o exercício da cidadania (NAGLE, 2014)[18].

Embora o Manifesto trouxesse ideias inovadoras, sua influência direta sobre o ensino de Filosofia foi limitada. A disciplina permaneceu como um componente de caráter formativo, restrito aos cursos secundários voltados para as elites, enquanto a maior parte da população tinha acesso apenas à educação primária, marcada pela precarização e pela ausência de uma formação humanística mais aprofundada.

[17] SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.
[18] NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU, 2014.

1.4 A Reforma Capanema de 1942 e a Consolidação da Filosofia no Ensino Secundário

A década de 1940 trouxe mudanças significativas para a estrutura do ensino brasileiro. Com a ascensão do Estado Novo (1937-1945), o governo Vargas intensificou o controle sobre a educação, promovendo uma reforma que consolidou o ensino médio em dois ramos principais: Curso Clássico: voltado para a formação humanística, incluindo disciplinas como Filosofia, Latim, Grego e Literatura; Curso Científico: orientado para as ciências exatas e naturais, preparando os alunos para carreiras técnicas e científicas (CUNHA, 2005)[19]. A Reforma Capanema, instituída pelo Decreto-Lei nº 4.244/1942, organizou essa estrutura, tornando a Filosofia uma disciplina obrigatória no Curso Clássico. Essa obrigatoriedade refletia a influência da escolástica e do neotomismo, correntes filosóficas que predominavam no ensino secundário devido à forte presença da Igreja Católica na educação brasileira (SAVIANI, 2018)[20].

De acordo com Romanelli (2018, p. 109)[21], "a inclusão da Filosofia na Reforma Capanema buscava reforçar uma formação humanística tradicionalista, alinhada aos princípios cristãos e ao pensamento clássico". Essa perspectiva gerou debates entre os educadores progressistas, que defendiam uma abordagem filosófica mais voltada à realidade social e menos centrada no ensino doutrinário. Outro fator importante foi o papel das universidades na consolidação da Filosofia como campo acadêmico. A Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, foi pioneira na formação de professores e pesquisadores da área, influenciando os currículos das escolas secundárias (CHAUÍ, 2001)[22]. Essa institucionalização ajudou a fortalecer a Filosofia como disciplina escolar, ainda que sua abordagem estivesse restrita a um público seleto.

1.5 A Filosofia e o Ensino Tecnocrático dos Anos 1950 e Início dos 1960

Se a década de 1940 marcou a consolidação da Filosofia na escola, os anos 1950 e início dos 1960 trouxeram desafios significativos, principalmente devido à ascensão

[19] CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005
[20] SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.
[21] ROMANELLI, Otaíza. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2018.
[22] CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2001.

de um modelo educacional voltado para o desenvolvimento econômico e a formação técnica. O Brasil viveu um período de grande crescimento industrial durante os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964). Esse contexto influenciou as políticas educacionais, que passaram a priorizar o ensino técnico e a formação de profissionais qualificados para atuar na indústria e no comércio (SAVIANI, 2008)[23].

Nesse cenário, a Filosofia começou a ser vista por setores governamentais como uma disciplina "não produtiva", pouco alinhada às necessidades do mercado de trabalho. Como observa Cunha (2005, p. 92)[24], "a ênfase na formação científica e tecnológica reduziu o espaço das humanidades nos currículos, consolidando uma visão pragmática da educação". Os debates sobre a reforma educacional de 1961 refletiram essa tensão. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61)[25] manteve a Filosofia no ensino secundário, mas flexibilizou sua obrigatoriedade, permitindo que estados e municípios decidissem sobre sua inclusão. Esse enfraquecimento abriria caminho para a completa supressão da disciplina durante a Ditadura Militar (1964-1985).

1.6 A Filosofia na Educação Brasileira Durante a Ditadura Militar e a Redemocratização (1964-1996)

A relação entre a Filosofia e o Estado brasileiro sofreu mudanças profundas ao longo do período compreendido entre 1964 e 1996. A Ditadura Militar (1964-1985) impôs um modelo educacional tecnocrático e pragmático, suprimindo disciplinas que fomentavam o pensamento crítico, como Filosofia e Sociologia. Essas mudanças foram institucionalizadas na Reforma Educacional de 1971 (Lei nº 5.692/71)[26], que substituiu tais disciplinas por Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Esse apagamento do pensamento crítico foi uma estratégia deliberada de controle social, alinhada a um modelo de educação que buscava moldar cidadãos

[23] SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008
[24] CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.
[25] BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961.
[26] BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

obedientes ao regime militar e preparados para um mercado de trabalho estruturado pelas exigências do desenvolvimento econômico impulsionado pelo Estado autoritário.

O impacto dessas mudanças foi profundo e de longo alcance, não apenas restringindo o ensino da Filosofia, mas também reconfigurando a estrutura curricular das escolas e universidades. O modelo tecnocrático imposto pelo regime priorizava a formação técnica e instrumental, relegando a reflexão crítica e as humanidades a um papel secundário (Schwartzman et al., 2000, p. 187)[27]:

> A reforma educacional promovida pelo regime militar visava a criação de um sistema que reforçasse a capacitação técnica, em detrimento das humanidades e ciências sociais, promovendo uma concepção instrumental do conhecimento. Esse modelo afastava os estudantes da formação crítica e os inseria em um ambiente de ensino voltado unicamente para a produtividade econômica (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 187)[28]:

A restrição da Filosofia ao ensino superior significou que gerações de estudantes do ensino médio foram privadas do contato com disciplinas que poderiam fomentar o debate e a reflexão crítica sobre a sociedade e o Estado. A retirada da Filosofia do currículo escolar não apenas limitou a capacidade dos estudantes de desenvolverem um pensamento crítico e autônomo, mas também consolidou uma estrutura educacional voltada para a formação acrítica da juventude. Esse processo reforçou a alienação política e a passividade em um momento crucial da história nacional. A censura aos conteúdos considerados subversivos nas universidades também fez parte desse projeto. Professores foram perseguidos e afastados de suas funções, livros foram proibidos e cursos inteiros foram reformulados para se adequar à nova ordem. Conforme relata Gomes (1988, p. 145)[29]: "A educação no Brasil, especialmente no período pós-redemocratização, foi marcada por uma tensão entre a formação técnica e a formação humanística, refletindo as demandas do mercado e as necessidades de uma sociedade em transformação."

Durante o período da ditadura, a imposição de um modelo repressivo não impediu que intelectuais e professores encontrassem maneiras de preservar o

---

[27] SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
[28] Ibid.
[29] GOMES, Ângela de Castro. História e Historiadores: A Política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996..

pensamento crítico. A censura limitava a liberdade acadêmica, mas isso não impediu que grupos de estudos fossem organizados de forma clandestina. Esses encontros aconteciam em espaços privados e tinham o objetivo de permitir a leitura e a discussão de obras proibidas. Além disso, debates informais eram promovidos entre estudantes e docentes comprometidos com a difusão do conhecimento filosófico. Mesmo com o risco de represálias, esses círculos se tornaram um refúgio para aqueles que buscavam compreender e questionar o cenário político e social da época.

Nas universidades, professores que resistiam à censura desenvolveram estratégias pedagógicas para manter vivas as discussões filosóficas. Como o ensino da filosofia era frequentemente alvo de restrições, muitos docentes passaram a inserir reflexões filosóficas em disciplinas de áreas próximas, como história, sociologia e literatura. Dessa forma, temas críticos e teorias fundamentais continuavam a ser trabalhados, mesmo que de maneira indireta. Essa adaptação pedagógica permitiu que o pensamento filosófico se mantivesse presente na formação dos estudantes, ainda que sob um disfarce necessário para driblar o controle do regime.

Mesmo sob forte repressão, o pensamento crítico encontrou formas de sobreviver. Os espaços alternativos criados por professores e estudantes não apenas garantiram a circulação de ideias interditadas, mas também fortaleceram a resistência intelectual contra o autoritarismo. As redes de solidariedade formadas nesse contexto demonstraram que, apesar das limitações impostas, o conhecimento não pode ser completamente silenciado. Essas ações foram fundamentais para a preservação da reflexão filosófica e para a formação de gerações que, posteriormente, contribuiriam para a redemocratização do país.

A redemocratização, iniciada em meados dos anos 1980, trouxe novas perspectivas para o ensino da Filosofia no Brasil. A Constituição de 1988 estabeleceu diretrizes para uma educação voltada para o desenvolvimento da cidadania e do pensamento crítico, abrindo caminho para a reinserção progressiva da Filosofia no currículo escolar. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 consolidou essa tendência, ainda que de maneira limitada.

1.7 A Filosofia na Educação Brasileira Pós-Redemocratização (1996 - Presente)

A redemocratização do Brasil, iniciada na década de 1980, trouxe consigo a

necessidade de reconstrução do sistema educacional, com ênfase na formação crítica e cidadã dos estudantes. Nesse contexto, a reintegração da Filosofia ao currículo escolar foi um processo marcado por avanços e retrocessos, influenciado por disputas políticas, ideológicas e econômicas. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 representou um marco importante, estabelecendo novos princípios para a educação brasileira. No entanto, a Filosofia permaneceu como disciplina facultativa até 2008, quando foi novamente tornada obrigatória. Este capítulo analisa a trajetória da Filosofia na educação brasileira após a redemocratização, destacando o impacto das reformas educacionais, as políticas públicas adotadas e os desafios enfrentados pela disciplina diante das transformações sociais e econômicas do país.

1.7.1 A LDB de 1996 e a Reintegração Gradual da Filosofia

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi um marco na reorganização do sistema educacional brasileiro no período pós-ditadura. A LDB promoveu uma maior descentralização do ensino, conferindo aos estados e municípios autonomia na definição de seus currículos e na gestão das políticas educacionais. No entanto, a lei não garantiu a obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia no ensino médio, deixando sua inclusão a critério dos sistemas de ensino estaduais. Como observa Romanelli (2018, p. 134):

> A LDB representou um avanço na democratização da educação, mas ao não tornar a Filosofia obrigatória, abriu espaço para que os estados priorizassem disciplinas mais alinhadas a uma formação técnica e pragmática, relegando as humanidades a um papel secundário[30].

Essa decisão refletiu uma tendência global de priorização de competências técnicas e profissionais em detrimento de uma formação humanística e crítica. Durante a década de 1990, muitos estados brasileiros, pressionados por demandas do mercado de trabalho, optaram por reduzir a carga horária das disciplinas humanísticas, como Filosofia e Sociologia, em favor de conteúdos voltados para a empregabilidade e a tecnologia. Essa abordagem pragmática da educação foi criticada por educadores e

[30] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2018.

pesquisadores, que argumentavam que a formação dos estudantes não poderia se restringir à preparação para o mercado de trabalho, mas deveria incluir o desenvolvimento de habilidades críticas, éticas e reflexivas.

O movimento pela reinserção da Filosofia no ensino médio ganhou força nos anos 2000, impulsionado por educadores, pesquisadores e entidades acadêmicas que defendiam a importância da disciplina para a formação integral dos estudantes.

> Durante o regime militar, as universidades brasileiras foram alvo de intensa repressão, com perseguições a professores e estudantes, censura a publicações e controle ideológico sobre a produção acadêmica." (GOMES, 1996, p. 89)[31].

A reinserção da Filosofia no currículo escolar encontrou resistência dentro do próprio setor educacional. O debate sobre a relevância da disciplina gerou conflitos entre aqueles que defendiam um ensino voltado para habilidades técnicas e pragmáticas e aqueles que acreditavam na importância de uma formação mais ampla, focada no desenvolvimento do pensamento crítico e da reflexão. Essa divergência refletia concepções distintas sobre o papel da educação na sociedade, evidenciando a tensão entre uma abordagem voltada para a capacitação imediata e outra que priorizava a construção de uma visão de mundo mais crítica e aprofundada.

Por ser uma disciplina essencialmente questionadora, a Filosofia enfrentou dificuldades em se firmar dentro de um sistema educacional que priorizava resultados rápidos e a adaptação ao mercado de trabalho. A busca por produtividade e pragmatismo frequentemente colocava em segundo plano o estímulo ao pensamento reflexivo e à análise crítica, tornando a presença da Filosofia no currículo um desafio constante. Ainda assim, sua permanência era vista como fundamental para garantir uma formação mais equilibrada, capaz de proporcionar aos estudantes não apenas conhecimentos técnicos, mas também a capacidade de questionar, interpretar e compreender de forma mais ampla a realidade em que estavam inseridos.

1.7.2 A Lei nº 11.684/2008 e a Obrigatoriedade da Filosofia

O cenário começou a mudar com a sanção da Lei nº 11.684, de 2 de junho de

[31] GOMES, Ângela de Castro. História e Historiadores: A Política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

2008, que alterou a LDB e tornou obrigatória a oferta de Filosofia e Sociologia no ensino médio. Esse avanço foi resultado de mobilizações acadêmicas e políticas que reivindicavam a necessidade de resgatar as disciplinas humanísticas como parte fundamental da formação dos jovens brasileiros. Segundo Chauí (2011, p. 85):[32]

> A reinserção da Filosofia no currículo escolar não foi apenas uma questão pedagógica, mas um ato político de resistência contra a mercantilização da educação e a instrumentalização do ensino voltado exclusivamente para o mercado de trabalho.

A obrigatoriedade da Filosofia representou um reconhecimento oficial da importância da disciplina para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade reflexiva dos estudantes. No entanto, a implementação da lei enfrentou uma série de desafios. Um dos principais obstáculos foi a falta de professores qualificados para ministrar a disciplina, especialmente em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Além disso, muitos estados e municípios tiveram dificuldades para adaptar seus currículos e estruturas escolares à nova exigência legal.

Um dos desafios enfrentados foi a resistência de certos setores da sociedade que questionavam a importância da Filosofia no ensino médio. Havia a argumentação de que a disciplina teria pouco impacto na formação profissional dos alunos, sendo sua abordagem abstrata e reflexiva incompatível com as exigências do mercado de trabalho. A obrigatoriedade da Filosofia foi vista como um avanço crucial para promover o pensamento crítico na educação brasileira, mas sua implementação esbarrou em obstáculos estruturais que reduziram seu impacto e eficácia.

Apesar desses desafios, a reinserção da Filosofia no currículo escolar foi celebrada por muitos educadores e pesquisadores como uma vitória para a educação brasileira. A disciplina passou a ser vista como um espaço privilegiado para a discussão de questões éticas, políticas e existenciais, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos.

1.7.3 A BNCC de 2017 e os Novos Desafios para a Filosofia

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 durante o

[32] CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 16. ed. São Paulo: Ática, 2011.

governo de Michel Temer, representou um retrocesso para o ensino de Filosofia ao remover sua obrigatoriedade do currículo do ensino médio. A reforma do ensino médio, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, adotou um modelo de ensino por itinerários formativos, permitindo que os estudantes escolhessem áreas de aprofundamento conforme seus interesses. Como consequência, a Filosofia e outras disciplinas humanísticas deixaram de ser obrigatórias, sendo incorporadas apenas de maneira transversal.

Essa mudança reabriu o debate sobre o papel das humanidades na educação básica e trouxe novas dificuldades para a permanência da Filosofia nas escolas. Embora a disciplina continue presente em alguns currículos estaduais, sua carga horária foi reduzida em diversas redes de ensino, prejudicando sua eficácia na formação dos estudantes. Além disso, a falta de clareza sobre como a Filosofia deve ser abordada de forma transversal gerou incertezas entre os educadores, que muitas vezes se veem despreparados para integrar a disciplina a outras áreas do conhecimento.

A BNCC também foi criticada por reforçar uma visão instrumental da educação, na qual o ensino é visto como um meio para atender às demandas do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação mais ampla e humanística. Para muitos educadores, a redução do espaço da Filosofia no currículo escolar representa uma ameaça à formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de refletir sobre questões éticas, políticas e sociais.

1.7.4 Perspectivas Futuras para a Filosofia na Educação Brasileira

Apesar dos desafios enfrentados pela Filosofia na educação brasileira, há perspectivas positivas para o futuro da disciplina. Movimentos de educadores, pesquisadores e entidades acadêmicas continuam a lutar pela valorização das humanidades no currículo escolar, defendendo a importância da Filosofia para a formação integral dos estudantes. Além disso, iniciativas como a criação de grupos de estudo, seminários e projetos interdisciplinares têm contribuído para fortalecer o ensino da Filosofia nas escolas.

A experiência de países que valorizam o ensino de Filosofia desde os primeiros anos da educação básica, como a França e a Finlândia, pode servir de inspiração para o Brasil. Nesses países, a Filosofia é vista como uma disciplina essencial para o

desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade reflexiva dos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos.

No contexto brasileiro, é fundamental que as políticas educacionais reconheçam a importância da Filosofia para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A reinserção da disciplina como componente obrigatório do currículo escolar, com carga horária adequada e professores qualificados, é um passo essencial para garantir que os estudantes tenham acesso a uma formação crítica e reflexiva.

1.7.5 A Filosofia e a Formação do Pensamento Crítico

A Filosofia desempenha um papel fundamental na formação do pensamento crítico dos estudantes, capacitando-os a questionar, analisar e refletir sobre as complexidades do mundo contemporâneo. A disciplina oferece ferramentas conceituais e metodológicas que permitem aos estudantes desenvolverem uma compreensão mais profunda de si mesmos e do mundo ao seu redor. Como destaca Chauí (2003, p. 45)[33]:

> A Filosofia é uma atividade crítica que nos permite questionar as certezas estabelecidas, desnaturalizar o que parece óbvio e buscar respostas para as grandes questões da existência humana.

No contexto da educação brasileira, a Filosofia tem o potencial de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, capazes de refletir sobre questões éticas, políticas e sociais. A disciplina também pode ajudar os estudantes a desenvolverem habilidades como a argumentação, a análise crítica e a resolução de problemas, que são essenciais para a vida em sociedade.

No entanto, para que a Filosofia cumpra plenamente seu papel na formação do pensamento crítico, é necessário que ela seja valorizada e integrada de forma adequada ao currículo escolar. Isso requer não apenas a garantia de sua obrigatoriedade, mas também a formação de professores qualificados e a criação de materiais didáticos que facilitem o ensino e a aprendizagem da disciplina.

---

[33] CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.

1.7.6 A Filosofia e a Interdisciplinaridade

A Filosofia também pode desempenhar um papel importante na promoção da interdisciplinaridade na educação básica. A disciplina oferece uma perspectiva única que permite conectar diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma visão mais integrada e holística da realidade. Como argumenta Morin (2000, p. 78)[34]:

> A Filosofia pode servir como um elo entre as ciências, as artes e as humanidades, ajudando os estudantes a compreenderem as interconexões entre os diferentes saberes e a desenvolver uma visão mais ampla e complexa do mundo.

A interdisciplinaridade é especialmente relevante no contexto atual, marcado por desafios globais que exigem uma abordagem integrada e colaborativa. A Filosofia pode contribuir para a formação de estudantes capazes de pensar de forma crítica e criativa, integrando conhecimentos de diferentes áreas para enfrentar os problemas complexos do mundo contemporâneo.

No entanto, a promoção da interdisciplinaridade na educação básica requer uma mudança de paradigma no sistema educacional, que tradicionalmente tende a fragmentar o conhecimento em disciplinas estanques. A Filosofia pode desempenhar um papel central nessa transformação, ajudando a construir pontes entre as diferentes áreas do conhecimento e promovendo uma educação mais integrada e significativa.

A trajetória da Filosofia na educação brasileira pós-redemocratização foi marcada por avanços e retrocessos, refletindo as tensões e contradições do processo de reconstrução democrática do país. A LDB de 1996 representou um marco importante na reorganização do sistema educacional, mas não garantiu a obrigatoriedade da Filosofia, que só foi reconquistada em 2008. A BNCC de 2017, no entanto, trouxe novos desafios para a disciplina, ao remover sua obrigatoriedade e reduzir seu espaço no currículo escolar.

Apesar desses desafios, a Filosofia continua a desempenhar um papel fundamental na formação crítica e cidadã dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade reflexiva e da consciência ética e política. Para que a disciplina cumpra plenamente seu papel na educação brasileira, é necessário que as políticas educacionais reconheçam sua importância e garantam sua

[34] MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

presença no currículo escolar, com carga horária adequada e professores qualificados.

A valorização da Filosofia na educação básica é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e reflexiva, capaz de enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo. Como afirma Saviani (2007, p. 123)[35]:

> A Filosofia é uma disciplina que nos convida a pensar o impensado, a questionar o estabelecido e a buscar novas possibilidades de ser e de agir no mundo. Sua presença na educação é fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social.

A progressiva redução do espaço da Filosofia no currículo escolar brasileiro não é um fenômeno isolado, mas parte de uma transformação mais ampla na forma como a educação tem sido estruturada. Nos últimos anos, o ensino passou a ser orientado por uma lógica de mercado que valoriza habilidades técnicas e imediatas em detrimento de uma formação mais ampla e crítica. Nesse contexto, disciplinas voltadas para a reflexão sobre questões éticas, sociais e políticas foram gradativamente marginalizadas, tornando-se secundárias dentro de um sistema que prioriza a produtividade e a adaptação às exigências econômicas.

Para compreender esse processo, é necessário examinar o papel do neoliberalismo na reconfiguração das políticas educacionais. No próximo capítulo, discutiremos como essa ideologia moldou a educação contemporânea, influenciando desde a organização curricular até a forma como o conhecimento é transmitido. Essa análise permitirá entender de que maneira o ensino de Filosofia tem sido impactado e quais são as implicações desse modelo para a formação intelectual e cidadã dos estudantes.

[35] SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

2. Conceituação, Impactos e Repercussões do Neoliberalismo na Educação Brasileira.

2.1 - A Lógica de Mercado no Coração da Sociedade e da Educação

A partir das últimas décadas do século XX, observa-se uma profunda reconfiguração das formas de organização econômica, social e subjetiva que atravessa praticamente todas as esferas da vida. O discurso dominante passou a enfatizar a eficiência, a competitividade, a responsabilização individual e a lógica do mercado como critérios universais para regular desde a economia até os vínculos interpessoais. Esse movimento, amplamente identificado como neoliberalismo, não se limita à aplicação de determinadas políticas econômicas, mas atua como uma racionalidade que busca moldar os indivíduos e as instituições conforme os valores e imperativos do capital. "O neoliberalismo é uma norma de vida, um princípio de inteligibilidade da realidade, um modo de subjetivação" (Dardot & Laval, 2016, p. 31)[36].

Mas afinal o que é o neoliberalismo? Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2013), o neoliberalismo deve ser compreendido não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma racionalidade política totalizante que redefine a forma de governar e de se comportar na sociedade. Para os autores, "o neoliberalismo é uma forma de razão que tende a estruturar não apenas a ação do governo, mas também a conduta dos governados" (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 14)[37].

Trata-se de um modelo de gestão social que impõe a lógica de mercado como norma universal, transformando indivíduos em empresas de si mesmos. Nesse sentido, "cada indivíduo deve se comportar como uma empresa, como um capital a fazer frutificar" (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 291)[38]. O papel do Estado, longe de ser minimizado, é reconfigurado para sustentar essa lógica: "o Estado neoliberal transforma-se em agente ativo da concorrência generalizada" (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 345)[39]. Assim, o neoliberalismo molda subjetividades e relações sociais, convertendo a

[36] DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
[37] Ibid.
[38] Ibid.
[39] Ibid.

concorrência em princípio organizador da vida.

Para Wendy Brown, o neoliberalismo deve ser entendido como uma racionalidade política que vai além da economia e que reconfigura profundamente a democracia, a cidadania e o sujeito moderno. Trata-se de um processo em que a lógica do mercado é incorporada a todas as esferas da vida, inclusive ao funcionamento das instituições democráticas. Segundo a autora, "o neoliberalismo dissemina a forma-mercado a todas as instituições e atividades, mesmo onde o dinheiro não está em jogo" (Brown, 2015, p. 31)[40].

Isso implica que práticas políticas, jurídicas, educacionais e sociais passam a operar segundo uma lógica empresarial, voltada para a eficiência, a concorrência e a maximização do valor. Como consequência, a cidadania é esvaziada de seu conteúdo político, e o cidadão é reconvertido em um "sujeito de capital", alguém que deve "agir como empresa de si mesmo em todos os aspectos da vida" (Brown, 2015, p. 36)[41]. Nesse sentido, o neoliberalismo mina os fundamentos da democracia, pois substitui os valores da deliberação pública e do bem comum por métricas privadas e competitivas de desempenho individual.

2.2 – O projeto chileno

No imaginário popular e em muitas análises históricas, a revolução neoliberal dos anos 1980 é personificada pelas figuras de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Contudo, essa narrativa ignora o verdadeiro marco zero do neoliberalismo. Anos antes, o Chile, sob a ditadura militar do general Augusto Pinochet, foi transformado no primeiro e mais puro laboratório para a aplicação dessa nova doutrina. Foi ali, a partir de 1973, que um projeto de engenharia social sem precedentes foi posto em prática, não como resultado de um debate democrático, mas pela imposição autoritária. O país se tornou, assim, um caso de estudo obrigatório para a compreensão do neoliberalismo em sua forma mais extrema.

O projeto chileno foi idealizado por um grupo de economistas formados na Universidade de Chicago, que ficaram conhecidos como os "Chicago Boys". Eles

[40] BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Politeia; Editora Unesp, 2019.
[41] Ibid.

redigiram, ainda antes do golpe de Estado, um programa econômico detalhado que viria a ser publicado sob o título "El Ladrillo" (CEP, 1992)[42]. O documento propunha uma ruptura total com o modelo de desenvolvimento vigente, recomendando uma terapia de choque que incluía a liberalização abrupta dos preços, um processo massivo de privatização, a desregulamentação dos mercados e a redução do papel do Estado a uma função subsidiária.

A implementação dessas medidas foi inseparável do contexto político. A ditadura militar (1973-1990) não foi apenas o pano de fundo da reforma, mas sua condição de possibilidade. A repressão violenta a qualquer forma de oposição foi o instrumento que permitiu a aplicação de um ajuste tão duro. Como afirma o historiador Manuel Gárate, a violência foi um elemento funcional à reestruturação econômica, e não um mero excesso do regime. Ele argumenta que a instauração da nova ordem econômica "só foi possível através da força e da destruição de um tipo de ator social e político que levou décadas para se constituir" (GÁRATE, 2012, p. 30)[43]. O desmantelamento de estruturas coletivas de poder era, portanto, um pré-requisito para a instauração de uma ordem baseada no indivíduo e na concorrência.

Os pilares dessa transformação redefiniram a sociedade chilena. A privatização avançou sobre áreas essenciais como a saúde, a educação e, mais notavelmente, a previdência social. A criação das *Administradoras de Fundos de Pensiones (AFPs)* em 1981 extinguiu o sistema público de repartição e o substituiu por um de capitalização individual. Cada trabalhador passou a ser o único responsável por sua aposentadoria, transferindo-se "o risco da velhice do Estado para o indivíduo" (FFRENCH-DAVIS, 2003, p. 115)[44]. Essa reforma, elogiada por seus defensores como um motor para o mercado de capitais, na prática se mostraria, décadas depois, incapaz de garantir pensões dignas para a maioria.

No âmbito trabalhista, as reformas visaram flexibilizar ao máximo as relações de trabalho. A legislação sindical foi alterada para atomizar a negociação e enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores. O resultado foi um mercado de trabalho com baixos salários, alta rotatividade e precariedade, condições que geravam uma profunda

---

[42] CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS (CEP). El Ladrillo: Bases de la política económica del gobierno militar chileno. Santiago: CEP, 1992.

[43] GÁRATE, Manuel. La revolución capitalista de Chile (1973-2003). Santiago: Editorial Universidad Alberto Hurtado, 2012.

[44] FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

insegurança econômica para as famílias (MOULIAN, 1997)[45].

Essa experiência produziu o que ficou conhecido como o "milagre do Chile". Após a recessão inicial e a gravíssima crise financeira de 1982, o país engatou um período de notável crescimento macroeconômico. A crise, contudo, revelou as contradições do modelo. O economista Ricardo Ffrench-Davis descreve a sua severidade e a resposta paradoxal do regime:

> A crise de 1982 foi a mais grave desde a Grande Depressão dos anos 30. O Produto Interno Bruto (PIB) caiu 14%, o desemprego aberto superou os 26% e o setor financeiro, ícone da modernização neoliberal, colapsou. A resposta do governo foi um giro pragmático que incluiu a intervenção e o resgate de quase toda a banca privada, assumindo suas dívidas e contradizendo o discurso oficial de não intervenção (FFRENCH-DAVIS, 2003, p. 98)[46].

Superada a crise, o crescimento foi retomado, mas a um custo social altíssimo. O "milagre" foi acompanhado por uma concentração de renda sem precedentes, fazendo do Chile uma das sociedades mais desiguais do mundo (FFRENCH-DAVIS, 2003)[47]. Além da desigualdade econômica, a transformação mais profunda foi cultural. O sociólogo Tomás Moulian argumenta que o modelo promoveu uma substituição do ideal de cidadão pelo de consumidor, cuja integração social ocorre principalmente através do acesso ao crédito. Em sua análise, o neoliberalismo produziu um indivíduo focado no presente e no consumo:

> O sujeito produzido pelo modelo é um indivíduo que foi incitado a abandonar a praça pública para se trancar no shopping center. A sua forma de participação é o consumo, e o seu passaporte para o mundo do consumo é o cartão de crédito. [...] A cidadania é vivida como uma capacidade de compra (MOULIAN, 1997, p. 45)[48].

Em conclusão, o legado do laboratório chileno é profundamente ambíguo. Deixou

---

[45] MOULIAN, Tomás. Chile actual: anatomía de un mito. Santiago: LOM Ediciones, 1997.
[46] FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile. Santiago: LOM Ediciones, 2003.
[47] Ibid.
[48] MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM Ediciones, 1997.

uma economia capitalista modernizada, mas também uma sociedade fraturada, marcada pela segregação e pela erosão dos laços de solidariedade. As tensões geradas por esse modelo – o alto custo da vida, a má qualidade dos serviços públicos e a insuficiência das pensões – não desapareceram com o fim da ditadura. Pelo contrário, conforme analisa a literatura crítica (GÁRATE, 2012; MOULIAN, 1997)[49], essas tensões se acumularam e explodiram em protestos massivos, como o "estallido social" de 2019, que questionou as fundações do edifício construído durante a primeira e mais radical experiência neoliberal do mundo.

2.3 – Projeto neoliberal x Wellfare State

Durante os anos 80, principalmente a partir de nomes como Ronald Reagan e Margareth Tatcher simbolizaram a ruptura com a social-democracia e a adoção de políticas para conter a inflação e a suposta queda dos lucros e desaceleração da economia. Essa política tinha algumas linhas características eram elas:

> "...esse tipo de política sempre se apoiou na ideia de que, para os mercados funcionarem bem, é necessário reduzir os impostos, diminuir o gasto público (inclusive enquadrando seu crescimento em regras constitucionais), transferir as empresas públicas para o setor privado, restringir a proteção social, privilegiar "soluções individuais" diante dos riscos, controlar o crescimento da massa monetária para reduzir a inflação, possuir uma moeda forte e estável e desregulamentar os mercados, em particular o do trabalho."[50]

Aos poucos a política do estado de bem-estar social conhecido como *Wellfare state*[51], vai construindo uma nova racionalidade, conforme expressado por Laval e Dardot:

---

[49] Ibid.

[50] LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 228.

[51] **Welfare state** (ou Estado de bem-estar social) é um modelo de organização estatal no qual o governo assume a responsabilidade direta por garantir a segurança social e o bem-estar econômico dos cidadãos. Isso se dá por meio de políticas públicas que promovem redistribuição de renda, acesso universal a serviços básicos e proteção contra riscos sociais como desemprego, pobreza, velhice e doença. O termo "welfare state" tem origem no inglês e surgiu como uma resposta ideológica e prática ao "warfare state" (Estado de guerra), especialmente durante e após a Segunda Guerra Mundial.

> Finalmente, a progressiva ampliação desses sistemas disciplinares, assim como sua codificação institucional, levaram à instauração de uma racionalidade geral, uma espécie de novo regime de evidências que se impôs aos governantes de todas as linhas como único quadro de inteligibilidade da conduta humana (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 267)[52]

Após a segunda guerra mundial foi possível notar a desregulação do sistema internacional. A flutuação das moedas abriu caminho para a influência do mercado nas políticas econômicas, o discurso comum se tornou a baixa dos gastos sociais. Nos anos 80, aconteceu uma mudança profunda a respeito de como os países organizam sua economia assim como sua sociedade. O modelo vigente era o Fordista-Keynesiano, unindo crescimento econômico com a proteção social. Nesse modelo, os governos garantiam investimentos públicos em saúde, educação e previdência e ao mesmo tempo incentivavam a produção e consumo em seus países. Esse modelo funcionava, os salários cresciam na medida da produtividade, com forte presença sindical.

Entretanto esse sistema começa a entrar em crise a partir do final dos anos 1960 e ao longo e ao longo da década de 1970. A economia dos países passa a apresentar baixo crescimento e alta inflação. O aumento do desemprego foi a consequência lógica deste fenômeno que foi chamado por muitos nessa época de "*estagflação*[53]".

> "A estagflação parece assinar o atestado de óbito da arte keynesiana de 'pilotar a conjuntura', que pressupunha a arbitragem entre inflação e recessão. A coexistência desses dois fenômenos – alta taxa de inflação e taxa elevada de desemprego – parecia desabonar as ferramentas da política econômica, em particular a ação benéfica do gasto público sobre o nível da demanda e o nível de atividade, logo, sobre o nível do emprego" (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 242)[54].

---

[52] LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

[53] Em Economia, **Estagflação** define-se como uma situação simultânea de estagnação econômica, ou até mesmo recessão, e altas taxas de inflação. Tal fenômeno é uma situação atípica do funcionamento regular da economia, pois o baixo nível de atividade econômica costuma vir acompanhado de uma queda na inflação devido a diminuição da demanda agregada. (WIKIPÉDIA. Estagflação. Wikipédia: a enciclopédia livre, [s. l.], 21 mai. 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estagfla%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 24 maio 2025).

[54] LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

A partir do advento deste "fenômeno" alguns passaram a culpar excesso de democracia, pois havia maior participação política e social, diminuindo assim o controle governamental. Diante desta lógica houve o surgimento de líderes que propuseram um caminho diferente do anteriormente proposto. Eles começam a colocar em prática uma proposta que será então conhecida como neoliberalismo. Com tudo que ela implica, menor intervenção do Estado na Economia, cortes em gastos sociais, privatização de empresas, controle inflacionário, abertura ao mercado internacional e enfraquecimento sindical. As medidas foram adotadas pela maioria dos países e foram incentivadas por instituições como o Fundo monetário Internacional (FMI) assim como o Banco Mundial, que passaram a condicionar a adoção de reformas como condição para concessão de crédito. Essa dinâmica se fez presente principalmente na América Latina.

> "Através de outro "círculo virtuoso", a elevação das taxas de juros levaram à crise do endividamento dos países latino-americanos, em particular do México, em 1982, dando ocasião para que o FMI impusesse, em troca da negociação das condições de pagamento, planos de ajuste estrutural que pressupunham reformas profundas. (LAVAL; DARDOT, 2016,)"[55]

2.4 – Consenso de Washington

Durante essa época se consolidou o chamado *Consenso de Washington*[56], com regras básicas que os países deveriam assumir para se adaptar à nova ordem econômica e global. Esse modelo coloca países, trabalhadores e até governos em competição uns com os outros. Os governos passam a se comportar como empresas, com disputas de investimentos, oferta de baixos impostos assim como de salários mais baixos e indiretos. Com isso se se o enfraquecimento dos sistemas de proteção social, a redução de serviços públicos e a transformação da lógica do Estado. O Estado a partir desse modelo passa a dar prioridade à competição e não ao bem-estar social como no modelo anterior.

A mudança se apresentou como algo que não poderia ser evitado, ou seja, como se a concorrência e a globalização representassem um movimento natural de forças.

[55] Ibid

[56] Conjunto de recomendações econômicas formuladas no fim da década de 80 e início da década de 90. Tinha o objetivo de orientar países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, para promover a estabilidade econômica, o crescimento e a integração aos mercados globais.

Entretanto essas políticas foram resultado de decisões tomadas por instituições e governos que repensaram a sociedade. Nesse novo paradigma a concorrência aparece como a norma central que dirige sociedades, economias e até a vida dos indivíduos.

> Em nível mundial, a difusão da norma neoliberal encontra um veículo privilegiado na liberalização financeira e na globalização da tecnologia. Um mercado único de capitais instala-se por intermédio de uma série de reformas legislativas, das quais as mais significativas foram a liberação total do câmbio, a privatização do setor bancário, a abertura dos mercados financeiros e, em nível regional, a criação da moeda única europeia. (LAVAL; DARDOT, 2016,) [57]

A ascensão do capitalismo financeiro se dá principalmente a partir da década de 80. Ele se deu pela liberalização dos mercados assim como adoção de políticas neoliberais. O motor dessa transformação foi a abertura financeira, desregulamentação de fluxo de capitais, criação de moedas comuns e eliminação do controle de câmbio. Essas se tornaram formas de atrair investimentos internacionais para sanar dívidas públicas, no entanto, estavam anexadas à ideologia neoliberal que valorizava a competição entre agentes financeiros como forma de eficiente alocação de recursos.

Da mesma maneira, a política monetária, principalmente nos Estados Unidos foi sando flexibilizada. Desta forma a rigidez e controle anterior foi dando lugar às formas mais ativas de gestão, favorecendo o crescimento do crédito e da especulação nos investimentos. Dessa forma se atingiu uma considerável expansão das finanças globais, desconectando-se aos poucos da produção real de bens e serviços e contribuindo para a instabilidade econômica internacional.

Com essa mudança as empresas passaram a ter uma única meta: a criação de valor ao acionista. Isso consequentemente gerou mudanças expressivas na governança corporativa, ou seja, dirigentes agora são avaliados com base no desempenho das ações na bolsa de valores. Essa lógica fez as empresas mudarem de comportamento, buscando altos lucros e rápidos e da mesma forma alta margem de retorno por meio das estratégias como aquisições e fusões. Dessa maneira se tornou prática comum a terceirização de partes da produção assim como a redução de funcionários e centralização em atividades

[57] LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

geradoras de lucro. O mercado de valores se tornou a instância balizadora para os atores empresariais, do patrão ao empregado, todos agora devem prestar contas em função do seu resultado financeiro, era instaurada a lógica do desempenho.

> O mercado financeiro foi constituído em agente disciplinante para todos os atores da empresa, desde o dirigente até o assalariado de base: todos devem submeter-se ao princípio de *accountability,* isto é, à necessidade de "prestar contas" e ser avaliado em função dos resultados obtidos. (LAVAL; DARDOT, 2016,)[58]

2.5 - Consequência para a classe trabalhadora

A consequência clara desse fortalecimento do capitalismo financeiro foi a concentração de riqueza e renda que se intensificou isso trouxe fortes impactos sociais principalmente para a classe trabalhadora. Os trabalhadores foram obrigados a aceitar salários mais baixos e suas condições de trabalho se tornaram mais precárias em virtude da pressão por lucro competitividade, o endividamento se tornou a regra.

Além de efeitos na economia, tivemos transformações subjetivas profundas. A financeirização fez com que os indivíduos passassem a se identificar como capitais humanos que precisam ser constantemente valorizados. Dessa forma o capitalismo financeiro reorganizou a sociedade, as estruturas sociais e até a forma como os indivíduos se percebem. Sua ascensão foi o resultado de uma profunda reorganização social, política e econômica, colocando o capital financeiro no centro das decisões econômicas e sociais do mundo contemporâneo. É importante ressaltar que essa ascensão não foi algo espontâneo, mas foi resultado de uma estratégia ideológica cuidadosamente elaborada e posta em prática por intelectuais, economistas e organizações defensoras do livre mercado.

> "Não podemos esquecer, todavia, que não foi apenas a força das ideias neoliberais que garantiu sua hegemonia. Elas se impuseram a partir do enfraquecimento das doutrinas de esquerda e do desabamento de qualquer alternativa ao capitalismo. Elas se afirmaram sobretudo num

[58] Ibid.

> contexto de crise dos antigos modos de regulação da economia capitalista...” (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 207).[59]

2.6 – Alguns teóricos que foram base para as ideias Neoliberais

A disseminação de ideias pró-mercado foi um pilar fundamental na mudança de paradigmas econômicos e sociais em diversas partes do mundo. Economistas como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, George Stigler e Milton Friedman desempenharam papéis cruciais nesse processo, defendendo a liberdade econômica, a redução da intervenção estatal e a eficiência dos mercados livres. Suas teorias influenciaram políticas públicas e o debate intelectual, contribuindo para a ascensão do neoliberalismo econômico e o questionamento de modelos anteriores.

Milton Friedman, em particular, foi uma figura proeminente nesse movimento. Um dos pilares de sua contribuição foi a defesa do “*monetarismo”*[60], argumentando que a política monetária, e não a fiscal, é o principal motor da atividade econômica e da inflação. Em sua obra seminal, Capitalismo e Liberdade, Friedman (1987) defende a liberdade individual e a importância dos mercados como mecanismos de coordenação eficientes, criticando a intervenção governamental excessiva. Para ele, "a liberdade econômica é um pré-requisito para a liberdade política" (FRIEDMAN, 1987, p. 19).[61] Outro economista, Friedrich Hayek, destaca-se por sua obra caminho da servidão, alcançando sucesso mundial por sua crítica ferrenha ao intervencionismo estatal (HAYEK, 1990).[62] A ideologia neoliberal argumenta que o impacto mais nocivo não reside nos custos financeiros, mas em um processo de desmoralização que corrói a fibra dos indivíduos. Segundo a crítica Neoliberal:

> A luta generosa contra a pobreza fracassou porque dissuadiu os pobres de tentar progredir, o contrário do que fizeram várias gerações

[59] Ibid
[60] O monetarismo é uma teoria macroeconômica que afirma que os governos podem promover a estabilidade econômica direcionando a taxa de crescimento da oferta de moeda. Essencialmente, é um conjunto de visões baseadas na crença de que a quantidade total de dinheiro em uma economia é o principal determinante do crescimento econômico. (INVESTOPEDIA. Monetarism. [S. l.]: Investopedia, 2025. Disponível em: https://www.investopedia.com/terms/m/monetarism.asp. Acesso em: 26 maio 2025.)
[61] FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
[62] HAYEK, Friedrich A. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Liberal, 1990

> de imigrantes. Manter os indivíduos em categorias desvalorizadas, fazê-los perder dignidade e autoestima, homogeneizar a classe pobre são alguns dos efeitos não desejados do auxílio social. Para Murray, existe apenas uma solução: a supressão do Welfare State e a recuperação da solidariedade entre parentes. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 210)[63].

Segundo essa tese as intervenções estatais na maioria dos casos causam mais problemas do que apresentam soluções. Exemplos incluem o seguro-desemprego, que seria responsável por gerar mais desemprego, gastos com a saúde e educação gratuita, que ao longo prazo incentivariam a ociosidade. Esse núcleo Neoliberal, portanto, transcende o capital e chega até o campo moral. O Estado burocrático destrói virtudes da sociedade civil, como a honestidade, o esforço pessoal, o sentido do trabalho e os laços de solidariedade. Sendo assim se cria uma cultura de dependência do Estado. A solução para esse grupo seria radical, a supressão do estado de bem-estar social para forçar que o indivíduo assuma suas responsabilidades.

2.7 – O sujeito como empresa de si mesmo.

A solução neoliberal é clara, diminuir a interferência estatal e responsabilizar o indivíduo em todas as esferas. Assim nasce a ideia do "capital humano", que vê todo e qualquer indivíduo como empresário de si mesmo, constantemente calculando formas de maximizar resultados. Portanto se cria um novo tipo de indivíduo, o sujeito empresarial. Essa transformação se dá pela divisão entre as esferas que antes uniam o sujeito a saber vida cívica, vida privada e vida econômica. O indivíduo é levado a agir e gerir a própria vida como uma "empresa de si mesmo". No Brasil esse fenômeno se manifesta na famosa "*pejotização*[64]"

A empresa de si mesmo se torna a ética de conduta, nela o indivíduo é o responsável por seu destino, regendo sua carreira, relações, saúde como um portfólio para

[63] DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

[64] Derivado da sigla "PJ" (Pessoa Jurídica), que designa uma empresa ou entidade com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

se manter competitivo. Nesse cenário aparece a figura do "*coach*[65]*",* que visa otimizar a performance individual. A partir dessa lógica trabalhadores são compelidos a se registrar como pessoa jurídica (PJ), emitindo um CNPJ[66], para prestar serviços a uma única empresa. O que na prática mascara um vínculo subordinado e desprovido de direitos. Com isso o indivíduo não só pensa como uma empresa, mas de fato ele se torna legalmente uma empresa.

Críticos como o sociólogo Ricardo Antunes analisam esse processo não como uma ascensão ao empreendedorismo, mas como uma nova e radical forma de precarização do trabalho. Para ele, a pejotização, junto com a "uberização"[67], representa a consolidação do "privilégio da servidão", onde o trabalhador, despojado de direitos como férias, 13º salário, FGTS e seguridade social, internaliza a lógica de sua própria exploração. Antunes argumenta que essa estrutura cria um "trabalhador que se autogerencia, que é instado a intensificar seus próprios ritmos de trabalho, que se transforma no gestor de sua própria exploração" (ANTUNES, 2018, p. 13)[68]. O discurso da autonomia e da flexibilidade serve, assim, como uma máscara ideológica para uma subordinação ainda mais intensa.

Essa transferência de risco é um dos sustentáculos desse modelo de trabalho. O homem-empresa arca com custos de equipamentos, impostos, possíveis ausências além das oscilações das políticas e do mercado. Esse risco anteriormente era do empregador, a empresa assim exime-se das suas responsabilidades. Uma consequência direta desta prática é a destruição das bases de solidariedade de classe, o trabalhador se torna um concorrente isolado, impedindo a organização sindical e a negociação coletiva. Nasce

---

[65] Pessoa especializada que, através de instruções e direcionamentos, busca ajudar uma ou várias pessoas a alcançar um objetivo ou a desenvolver completamente suas habilidades. COACH. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: https://www.dicio.com.br/coach/. Acesso em: 7 jun. 2025.

[66] O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é um registro administrado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que reúne as informações cadastrais de todas as pessoas jurídicas (como empresas, associações, fundações, igrejas, condomínios) e outras entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Funciona como um número de identificação único, composto por 14 dígitos, que serve como a identidade da entidade para fins fiscais e administrativos. A inscrição no CNPJ é obrigatória e indispensável para que uma pessoa jurídica possa operar legalmente, emitir notas fiscais, realizar transações comerciais, abrir contas bancárias e cumprir com suas obrigações legais e tributárias.
BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. O que é o CNPJ. Brasília, DF: Receita Federal, [2024]. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-cnpj. Acesso em: 9 jun. 2025.

[67] A uberização é uma forma de organização do trabalho que se caracteriza pela subordinação dos trabalhadores, formalmente autônomos, a empresas que operam por meio de plataformas digitais.

[68] ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

assim o homem que não deve nada a ninguém e que se quiser ganhar mais tem que trabalhar mais.

O resultado imediato é beneficiar as empresas, reduzindo custos e eliminando vínculos trabalhistas. A "empresa de si" deixa de ser uma metáfora e se torna exigência contratual. A precariedade é inscrita na própria identidade do trabalhador. A fábrica do sujeito neoliberal não opera só à base de ideologia e discurso, mas se materializa e tem sua linha de montagem na reformulação das relações trabalhistas. E sendo assim a pejotização aparece como um produto real desta fábrica.

2.8 – O ensino e a lógica neoliberal.

Nesse contexto, o sistema educacional passou a ser diretamente afetado por essa lógica. A educação, especialmente a pública, é redirecionada a partir de uma visão que a concebe como um serviço a ser gerido com base em metas de desempenho, produtividade e rentabilidade. O ambiente escolar é invadido por uma gramática empresarial: professores se tornam gestores, alunos são tratados como clientes ou empreendedores de si mesmos, e o conhecimento é transformado em ativo a ser capitalizado. Essa transformação não é meramente técnica, mas ética e política. Está em jogo uma reconfiguração profunda do papel da escola e da formação subjetiva nela promovida.

Essa racionalidade neoliberal, ao se infiltrar nos espaços educacionais, redefine o próprio sentido da educação. O que antes era concebido como um direito social, passa a ser visto como um investimento individual, cuja eficácia será medida pelos resultados obtidos no mercado de trabalho. A função emancipadora do ensino é, então, colocada em xeque, substituída por uma lógica meritocrática que desconsidera as desigualdades estruturais.

A representação neoliberal vê a educação de forma simplificada. Existe como um outro mercado qualquer concorrencial onde instituições de ensino operam como empresas que produzem serviços educacionais. O objetivo dessas entidades é atender os desejos de indivíduos livres em suas escolhas através da oferta de mercadorias. A educação se torna um bem de capitalização privado. A lógica neoliberal se alinha à demanda social por educação. Os indivíduos querem que seus filhos se capacitem para atender ao mercado. Dessa forma a competição por melhores escolas e consequentemente melhores universidades transforma a escola em um grande cenário competitivo.

No campo educacional, essa lógica é particularmente visível. Em *A escola não é uma empresa*, Laval denuncia como a introdução de mecanismos de avaliação comparativa, rankings e controle de desempenho dissolvem os princípios democráticos e formativos da escola pública. Ele afirma que "a concorrência entre estabelecimentos, a avaliação por desempenho e a responsabilização individual dos professores são dispositivos que convertem a escola em empresa" (Laval, 2004, p. 45)[69].

2.9 – O neoliberalismo e o ensino de filosofia

A função crítica e emancipadora da educação, sobretudo no ensino de filosofia, é desestimulada em favor de conteúdos voltados à empregabilidade, à adaptação a um mercado volátil e à formação de competências utilitárias. A escola, nesse modelo, perde sua função de espaço de reflexão e diálogo e se torna um meio de preparação para a lógica da competição permanente. Para Dardot e Laval, o neoliberalismo não se limita a transformar as instituições: ele transforma os indivíduos por dentro. Trata-se de um processo de subjetivação que estimula a constante autoavaliação e o gerenciamento de si, impondo uma normatividade baseada no desempenho, na eficiência e na autossuperação. "A norma não é exterior ao indivíduo, mas internalizada; não é repressiva, mas incitativa" (Dardot & Laval, 2016, p. 286)[70]. É um modelo de subjetividade que se contrapõe à ideia de formação crítica, pois suprime a possibilidade de questionar os pressupostos do próprio sistema que o produz.

Essa perspectiva tem consequências diretas sobre o ensino filosófico. A filosofia, que historicamente se ocupou de problematizar os fundamentos da sociedade e de promover o pensamento autônomo, encontra-se hoje pressionada por demandas que a reduzem à formação de habilidades genéricas. Discute-se a relevância prática de seu conteúdo, ignora-se sua capacidade de fomentar consciências críticas e de estimular o dissenso. Nesse novo panorama o ensino de filosofia se vê obrigado a se adaptar e se conformar a modelos pedagógicos que priorizam a criação de competências. Essa transformação representa um dos mais urgentes dilemas educacionais contemporâneos,

[69] LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2004.
[70] DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

sinaliza uma instrumentalização de uma disciplina cuja vocação intrínseca reside na busca do pela autonomia do pensar. A reflexão se torna ainda mais profunda quando questionamos o propósito mesmo da educação. O que era antes espaço de desenvolvimento humano integral, abrangendo dimensões éticas, intelectuais, estéticas e políticas se torna mecanismo de produção de capital humano.

As competências, que são ligadas às demandas do mercado de trabalho, reduzem a filosofia a um conjunto de habilidades. Essas habilidades são supostamente mensuráveis e aplicáveis. Muitas vezes são descontextualizadas de seu arcabouço epistemológico, ou seja, carecem de sentido profundo. Existe também uma desconstrução e descontextualização histórica, tudo isso em nome da produtividade. O conceito de "pensamento crítico", por exemplo, sofre um empobrecimento significativo. Longe de ser a capacidade de questionar estruturas de poder, desvelar ideologias ou refletir sobre os fundamentos da existência, ele é frequentemente redefinido como uma aptidão para uma resolução eficiente de problemas práticos ou análise de dados em ambientes corporativos. Nesse sentido se configura como transformação da realidade e não apenas adaptação às exigências do capital. Para Paulo Freire, a educação não se esgota na mera transmissão de conteúdos ou no desenvolvimento de habilidades técnicas. Pelo contrário, ela deve ser um ato de cognição e de intervenção no mundo. Ele postula:

> A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir daquela. A linguagem e a realidade se ligam dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Não se pode, assim, ter uma compreensão do texto se não se tem, de algum modo, uma compreensão do mundo em que o texto está e do mundo que o texto fala. (FREIRE, 1996, p. 11)[71].

Quando se refere à criatividade, ela em termos mercadológicos é referida como inovação, geração de novas ideias para produtos, serviços ou otimização de processos, visando sempre o lucro. A argumentação por sua vez se torna técnica de persuasão e negociação, altamente valorizada em contextos comerciais, no entanto desvinculada de sua função de busca da verdade e construção de conhecimento. A validade de um

[71] FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

argumento é medida pela permanência no debate, e não por sua solidez lógica e fundamentação ética. Sobre isso, Habermas afirma:

> A ação comunicativa, tal como eu a compreendo, é um tipo de interação em que os participantes coordenam seus planos de ação através de atos de fala, ou seja, através do entendimento mútuo. Isso requer que eles levantem pretensões de validade – como verdade, correção normativa e veracidade – que podem ser contestadas e defendidas com razões. Quando a linguagem é usada não para buscar o entendimento, mas para exercer influência estratégica ou para manipular, os participantes deixam o domínio da comunicação e entram no da ação instrumental ou estratégica. O sucesso comunicativo, nesse sentido, não é o que se alcança primariamente, mas sim o convencimento do outro a aceitar ou fazer algo, mesmo que não haja consenso genuíno. (HABERMAS, 1987, p. 285)[72].

Essa instrumentalização da filosofia reflete e intensifica a predominância da **razão instrumental**, um conceito basilar na crítica da Escola de Frankfurt. Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (1985) já advertiam sobre como a racionalidade, ao ser confinada a um meio para atingir fins puramente técnicos e práticos, perde sua dimensão crítica e libertadora. Eles afirmam na *Dialética do Esclarecimento*, em uma passagem emblemática que descreve a subordinação do pensamento à lógica do controle e da produção:

> A razão já se tornou um instrumento, um meio, uma técnica. A essência do Iluminismo é a de que a razão, em seu triunfo, tornou-se meramente um instrumento da dominação do homem sobre a natureza, mas também do homem sobre o homem. A racionalidade técnica de hoje é a racionalidade do próprio domínio. É o caráter coercitivo da sociedade alienada. Automóveis, rádio, cinema, são as figuras da sociedade como um todo. Eles reduzem a experiência do indivíduo a uma sucessão de atos estereotipados. As pessoas não percebem que suas vidas estão sendo construídas por forças externas, que elas são apenas partes de um

[72] HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 1.

> mecanismo maior. O esclarecimento se autodesenvolveu em uma dominação do homem sobre o homem, do espírito sobre o espírito. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 110-111)[73].

Dentro deste panorama, o ensino de filosofia, ao se curvar à lógica das competências profissionais e de mercado, inadvertidamente contribui para essa "dominação do espírito", moldando mentes para a adaptação e a subserviência produtiva em vez de fomentar sua emancipação. A experiência humana, em toda a sua complexidade, suas inerentes contradições e vastas potencialidades, é simplificada em esquemas de *inputs* e *outputs*, de habilidades a serem adquiridas e aplicadas para fins lucrativos. Nesse processo, perdem-se a riqueza do devaneio, a audácia da dúvida radical e a profundidade da contemplação desinteressada que são intrínsecas ao ato de filosofar. A consequência é um sujeito que, embora competente em tarefas específicas do mercado, é desprovido da capacidade de refletir sobre o sentido mais amplo de sua existência, das estruturas sociais que o cercam e de seu próprio propósito para além do consumo e da produção.

A principal crítica a essa instrumentalização é que ela atrofia a potencialidade subversiva e emancipadora da filosofia, transforma sua aparente inutilidade, no sentido estrito da palavra, em defeito. A filosofia por sua natureza intrínseca não se acomoda ao mercado, à quantificação que interessa ao capital. Nesse sentido Martha Nussbaum exclama:

> “Se a educação nos Estados Unidos e em todo o mundo persistir no caminho atual de negligência das capacidades que pertencem às humanidades e às artes, as nações do mundo em breve produzirão gerações de máquinas úteis, não de cidadãos completos que possam pensar por si mesmos, criticar a tradição e entender o significado dos sofrimentos e conquistas de outras pessoas. A habilidade de imaginar a situação de outra pessoa, a habilidade de ler um romance ou uma peça e entrar na vida dos personagens, de ter uma noção do que é ser essa pessoa e de entender a complexidade de suas motivações – essas habilidades são cruciais para a cidadania, para a participação democrática e para a formação de uma sociedade mais justa e

[73] ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

> equitativa. A ênfase na utilidade econômica tem cegado os formuladores de políticas para o valor inestimável do pensamento crítico e da imaginação empática." (NUSSBAUM, 2010, p. 2, 8)[74]

Essa visão de Nussbaum ressalta que o declínio das humanidades, incluindo a filosofia, leva à atrofia da empatia, da imaginação moral e da capacidade de discernimento ético – qualidades estas que são absolutamente indispensáveis para a vitalidade da vida democrática e para a construção de uma sociedade justa. Além disso, o Ethos competitivo introduzido pela racionalidade neoliberal fomenta um ambiente escolar em que a cooperação, a solidariedade e o pensamento coletivo perdem espaço. O indivíduo passa a ser responsabilizado isoladamente por seu sucesso ou fracasso, desvinculado das condições sociais que o moldam. Nessa perspectiva, a escola deixa de ser um espaço de formação ética e política, e torna-se uma arena onde se disputam posições e méritos com base em critérios empresariais.

A crítica elaborada por Dardot e Laval revela que esse modelo de governo neoliberal é incompatível com uma educação voltada à cidadania, à democracia e à justiça social. Como afirmam os autores, "a verdadeira resistência ao neoliberalismo passa pela construção de instituições comuns que escapem à lógica da concorrência" (Dardot & Laval, 2016, p. 367)[75]. A escola, nesse sentido, deve ser reapropriada como espaço do comum, do coletivo, da construção solidária do saber, onde o ensino de filosofia desempenha um papel essencial ao provocar a reflexão sobre as condições históricas, políticas e econômicas da existência.

2.10 – O neoliberalismo no Brasil

No Brasil, esse processo assume contornos ainda mais complexos. A adesão a princípios neoliberais se intensificou a partir da década de 1990, com reformas educacionais que buscaram alinhar o sistema de ensino às diretrizes de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE. A ênfase em avaliações padronizadas,

---

[74] NUSSBAUM, Martha C. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

[75] DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

em índices de desempenho (como o IDEB) e em parcerias público-privadas reflete a tentativa de adaptar a escola pública à lógica do mercado. Como apontam diversos pesquisadores brasileiros, a gestão por resultados e o empreendedorismo educacional têm sido promovidos como soluções universais, desconsiderando as profundas desigualdades regionais, raciais e sociais do país.

Além disso, a precarização das condições de trabalho docente, os baixos salários e a crescente desvalorização das ciências humanas tornam ainda mais difícil o exercício do pensamento crítico nas escolas. A filosofia, enquanto disciplina obrigatória no ensino médio, sofreu com sucessivas ameaças de exclusão dos currículos, evidenciando o desprezo por uma formação que não se submeta aos interesses imediatos do mercado.

Essa lógica neoliberal conforme foi enunciada anteriormente vem desde a promulgação da constituição de 1988 no cenário brasileiro. Observa-se continuamente uma redefinição do papel do Estado e ao mesmo tempo uma ampliação da esfera de atuação privada. Essa reestruturação ganha força com as políticas de privatização de estatais. O marco inicial pode ser atribuído ao governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), com a criação do Programa Nacional de Desestatização[76] , visando o fortalecimento da economia. O ponto culminante destas políticas ocorreu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, período em que o Brasil testemunhou a desestatização de diversas empresas públicas em setores estratégicos como telefonia, mineração, transportes.

A década de 1980, conhecida como década perdida foi um momento de extrema instabilidade marcada pela crise da dívida externa e pela hiperinflação. O Estado brasileiro, endividado e com dificuldades cada vez mais crescentes de financiamento viu sua capacidade de investimento e de gestão econômica ser seriamente comprometida, diversos planos econômicos, lançados para controlar a inflação falharam em seus objetivos, gerando um sentimento de esgotamento e busca por outras alternativas. Nesse contexto a crítica do Estado "inchado" e ineficiente começou a ganhar terreno. A exaustão do padrão de crescimento e incapacidade de controlar a inflação abriu espaço para políticas neoliberais como a desregulamentação do trabalho e flexibilização do capital. Essa crise não foi apenas um fenômeno interno, mas parte de um movimento global que buscava reconfigurar as relações entre Estado, mercado de trabalho em favor do capital.

[76] BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 abr. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm. Acesso em: 27 jun. 2025.

Diante do contexto propostas de liberalização e privatização ganharam força. Não apenas como soluções para a crise fiscal, mas como um projeto de reestruturação do capitalismo.

A década de 1990 foi o período de efetiva implementação das políticas neoliberais no Brasil, alinhando o país às recomendações do Consenso de Washington (1989) que de acordo com a Enciclopédia Britânica é um conjunto de dez recomendações de política econômica que foram amplamente difundidas a partir do final da década de 1980 por instituições sediadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos EUA.[77]

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi pioneiro na adoção explícita de uma agenda neoliberal. Seu governo marcou o início de uma radical abertura comercial, que expôs a indústria nacional a uma concorrência estrangeira até então inédita. Além disso, Collor deu os primeiros passos no processo de privatização de empresas estatais. Embora seu mandato tenha sido breve e conturbado, as medidas iniciais já sinalizavam uma nova direção na política econômica brasileira.

Contudo, foi sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) que o projeto neoliberal no Brasil alcançou sua consolidação e máxima expressão. A estabilização da moeda com o Plano Real, iniciada no governo anterior, criou o ambiente de credibilidade e previsibilidade necessário para aprofundar as reformas estruturais. O governo FHC empreendeu um ambicioso programa de privatizações, alienando grandes empresas estatais estratégicas, como a Companhia Vale do Rio Doce (1997) e o sistema Telebrás (1998), além de bancos estaduais e empresas de energia. Apesar da estabilização econômica e da modernização de alguns setores, o modelo implementado no governo FHC foi alvo de severas críticas e gerou significativos impactos sociais e econômicos, especialmente no que tange ao mercado de trabalho e à desigualdade social. As privatizações, defendidas pela sua capacidade de atrair investimentos e modernizar os serviços, foram questionadas quanto à sua condução e seus resultados efetivos.

> As privatizações realizadas no Brasil, longe de serem um mero ajuste técnico ou um imperativo de modernização, representaram a entrega de patrimônios estratégicos a grupos privados, muitas vezes internacionais, sem a devida contrapartida em termos de ampliação do

[77] HURT, Stephen R. Consenso de Washington. In: Encyclopedia Britannica. [S. l.]: Britannica, 27 maio 2020. Disponível em: https://www.britannica.com/money/Washington-consensus. Acesso em: 30 jun. 2025.

> acesso ou barateamento dos serviços para a população. O que se observou foi uma reorientação do Estado, que de indutor do desenvolvimento e provedor de serviços, passou a ser um facilitador para a acumulação privada, descomprometido com o bem-estar social. (POCHMANN, 2001, p. 112).[78]

Em vez de fomentar a competição, alguns processos de privatização resultaram na criação de monopólios privados, que nem sempre se reverteram em benefício para o consumidor, e na perda de controle estratégico sobre setores essenciais da economia. A reforma do Estado, por sua vez, embora buscando eficiência, foi criticada por promover um enxugamento da máquina pública que resultou em cortes de pessoal e na fragilização de serviços sociais. O impacto mais contundente do modelo FHC, para diversos analistas, foi a precarização do trabalho e o aumento da desigualdade. A abertura comercial indiscriminada, sem políticas de proteção à indústria nacional, contribuiu para a desindustrialização, com a perda de empregos formais e qualificados. A flexibilização das leis trabalhistas e a reestruturação produtiva aprofundaram a informalidade e a terceirização. O avanço das políticas neoliberais em economias periféricas, como a brasileira, provocou:

> …a desestruturação de importantes segmentos industriais e uma acentuada precarização das relações de trabalho. Esse processo levou ao crescimento do desemprego estrutural, à expansão da informalidade, à terceirização generalizada e à pejotização, contribuindo decisivamente para o aprofundamento das desigualdades de renda e sociais, e para a fragilização dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. (POCHMANN, 2018, p. 87)[79].

Esse cenário resultou em uma maior concentração de renda e na ampliação da desigualdade social, pois os ganhos de produtividade e os lucros foram apropriados pelo capital sem a devida redistribuição. Embora o governo FHC tenha implementado programas sociais como o Bolsa Escola, estes foram vistos por alguns como medidas

[78] POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: Brasil, anos 90: a desestruturação do trabalho e a reestruturação do capital. São Paulo: Cortez, 2001.
[79] POCHMANN, Marcio. O tempo do trabalho: Ensaios sobre a era da precarização e da desigualdade. São Paulo: Boitempo, 2018.

compensatórias que não alteravam a lógica estrutural da exclusão social. A ideia de que o Brasil teria "superado" o neoliberalismo em determinados períodos de crescimento econômico ou de implementação de políticas sociais é questionada por uma vertente analítica que defende a manutenção de muitos dos pilares estruturais do neoliberalismo mesmo após o governo FHC. Em gestões subsequentes que adotaram programas de transferência de renda e apresentaram uma retórica mais desenvolvimentista, a disciplina fiscal rigorosa, a abertura comercial e a priorização do capital financeiro continuaram a moldar a economia. Isso limitou a capacidade do Estado de promover um desenvolvimento mais equitativo e com geração de empregos de qualidade.

A persistência de altos índices de informalidade e de subutilização da força de trabalho, mesmo em momentos de expansão econômica, é vista como um indicativo de que a estrutura neoliberal, focada na flexibilização e na redução de custos, permanece atuante. Essas medidas se manifestam em um novo ciclo de austeridade e desmonte do Estado social. A centralidade do trabalho na vida social é inegável, e as políticas neoliberais, ao desvalorizarem o trabalho e os direitos a ele associados, impactam diretamente nas crises sociais que o país enfrenta, caracterizadas pela ampliação da pobreza e da exclusão.

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) representaram um período de significativos avanços sociais no Brasil, com políticas que tiraram milhões de pessoas da extrema pobreza e ampliaram o acesso a direitos. Houve um crescimento notável em programas sociais e na inclusão de parcelas da população historicamente marginalizadas. No entanto, uma análise mais aprofundada revela uma tensão fundamental: enquanto o lado social avançava, a gestão econômica manteve uma preocupante continuidade de preceitos neoliberais. Isso gerou uma contradição central, limitando a capacidade de promover rupturas mais profundas e abrangentes.

Essa visão crítica aponta que, apesar das conquistas sociais, a relação entre o Estado e as grandes potências financeiras não sofreu uma alteração estrutural profunda. As escolhas macroeconômicas, muitas vezes apresentadas como técnicas e neutras, eram, na verdade, decisões políticas claras que, em última instância, beneficiavam os interesses do capital rentista. Isso implicava que recursos públicos, que poderiam ter sido direcionados para investimentos sociais e produtivos ainda maiores, foram alocados de outras formas. A estabilidade econômica do período, embora crucial em um contexto de turbulência global, acabou por reforçar o poder do capital financeiro, o que impôs um custo à capacidade do Estado de realizar transformações mais radicais.

> "A falsa neutralidade da política econômica é um dos maiores engodos do nosso tempo. Quando se decide pela manutenção de taxas de juros estratosféricas e pela obsessão com superávits primários, não estamos diante de uma questão meramente técnica, mas de uma escolha política que realoca montanhas de dinheiro do orçamento público. Essa realocação não vai para a construção de hospitais, escolas, universidades ou saneamento básico; ela se destina ao pagamento de uma dívida pública que, em muitos aspectos, é impagável e ilegítima em sua formação. Essa é a face mais disfarçada do neoliberalismo, que age nos bastidores da economia, mas com efeitos devastadores sobre a vida das pessoas e a capacidade de o Estado promover o bem-estar social." (MOREIRA, Eduardo. Deselegância Fatal: O Brasil e os Bancos. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 115)[80]

2.11 – O neoliberalismo na educação brasileira

A influência do neoliberalismo na educação vai além do financiamento, afeta a própria maneira como o sistema de ensino é concebido e gerido. Existe uma preocupação com a mercantilização do ensino, ainda que em instituições públicas. A ideia de que a educação serve demandas de mercado e ênfase pode distorcer o papel como "instrumento de libertação". A educação assim se torna um meio para reproduzir a força de trabalho e relações relacionadas ao capital ao invés de fomentar um espaço de pensamento crítico e formação cidadã plena. Portanto vemos que essa coexistência de políticas sociais robustas com a persistência neoliberal revela um quadro complexo de contradições marcantes.

Um marco importante para a educação brasileira, e que contrasta com as tendências neoliberais subsequentes, foi a promulgação da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008[81]. Essa lei, sancionada durante o segundo mandato do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterou o Artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

[80] MOREIRA, Eduardo. Deselegância Fatal: O Brasil e os Bancos. Rio de Janeiro: Record, 2019.
[81] BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm. Acesso em: 3 jul. 2025

Nacional (Lei nº 9.394/1996 - LDB)[82], **para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.** Essa medida representou a reintegração dessas áreas do conhecimento que haviam sido retiradas ou marginalizadas do currículo após a ditadura militar, com a reforma do ensino de 1971. A Lei de 2008 buscou resgatar a importância da formação crítica, do pensamento reflexivo e da compreensão das complexidades sociais para os estudantes do ensino médio.

> "A reintrodução da Filosofia e da Sociologia no ensino médio, após décadas de exclusão ou de tratamento superficial, significa o reconhecimento do papel indispensável dessas áreas na formação de um sujeito crítico e reflexivo, capaz de compreender as complexidades do mundo social e de atuar sobre ele. Trata-se de uma vitória importante da concepção de educação como processo de humanização plena, em detrimento de uma visão meramente instrumental, tão presente nas reformas educacionais de caráter neoliberal." (SAVIANI, 2010, p. 112)[83]

No momento de sua promulgação, a inclusão dessas disciplinas foi celebrada por educadores e movimentos sociais como um avanço significativo na busca por uma educação mais humanista e menos focada apenas na formação técnica ou no treinamento para o mercado de trabalho. Essa iniciativa do governo Lula, embora coexistindo com tendências de mercado em outras áreas, contrasta fortemente com as tendências de desinvestimento e precarização que se aprofundariam nos governos seguintes, especialmente após o impeachment de Dilma Roussef em 2016, quando a própria presença dessas disciplinas no currículo voltou a ser questionada por reformas como a do Novo Ensino Médio. A Lei 11.684/2008, portanto, é um ponto de referência crucial para entender as tensões entre projetos educacionais emancipatórios e as tendências neoliberais que buscam instrumentalizar a educação.

Os avanços sociais e educacionais durante o governo Lula foram inegáveis e merecem total reconhecimento, contudo essa realidade conviveu com a manutenção de fundamentos econômicos principalmente por conta da influência neoliberal do capital

---

[82] BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

[83] SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

financeiro. Concordamos que é mister reconhecer a notável expansão no acesso ao ensino superior durante os governos Lula. Essa fase foi marcada por um esforço sem precedentes na democratização do acesso, impulsionada pela criação de dezenas de novas universidades e institutos federais, além da ampliação e criação de programas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos)[84] e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil)[85]. Esses esforços foram cruciais para permitir que estudantes de baixa renda, muitos deles os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior, tivessem acesso a uma educação de nível superior antes restrita a poucos.

A partir de 2013, o Brasil experimentou uma desaceleração econômica significativa, que culminou em uma crise profunda. Nesse cenário, o governo Dilma Rousseff, para tentar reequilibrar as contas públicas, adotou medidas de ajuste fiscal que, na prática, reforçaram a agenda neoliberal. A educação, como outras áreas sociais, sentiu o impacto dessas políticas. O processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 é um divisor de águas na política brasileira e teve implicações profundas para a educação. De acordo com muitos analistas, o impeachment não foi um mero processo legal, mas um golpe parlamentar-midiático-jurídico que visava a remoção de um governo que, apesar de suas dificuldades ainda representava um obstáculo para a agenda neoliberal mais radical. O governo que se seguiu, sob a liderança de Michel Temer, não hesitou em promover reformas que desmantelaram direitos sociais e trabalhistas, e a educação foi um dos alvos prioritários.

Os governos de Michel Temer e, subsequentemente, Jair Bolsonaro implementaram uma agenda que resultou em um significativo desmonte de políticas públicas educacionais, com especial ataque às humanidades e, particularmente, à Filosofia. Essa perspectiva é reforçada por análises críticas que apontam para uma lógica neoliberal subjacente às reformas implementadas, buscando alinhar a educação a interesses de mercado em detrimento da formação crítica.

A gestão de Michel Temer, iniciada em 2016, foi marcada pela aprovação da

---

[84] BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

[85] BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

Emenda Constitucional nº 95/2016 (PEC do Teto de Gastos)[86]. Essa medida congelou os investimentos públicos por 20 anos, impactando diretamente o financiamento da educação.

Paralelamente, o governo Temer implementou a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017)[87], que instituiu o que ficou conhecido como Novo Ensino Médio. Essa reforma alterou profundamente a estrutura curricular, propondo uma flexibilização que, na prática, colocou a Filosofia e outras humanidades sob grave ameaça de marginalização. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[88], aprovada em 2017 para o Ensino Médio, mencione a obrigatoriedade de "estudos e práticas" de Filosofia e Sociologia, a forma como a Lei nº 13.415/2017 permite a organização dos itinerários formativos abriu portas para que essas disciplinas fossem diluídas, oferecidas de maneira transversal, ou até mesmo excluídas como componentes curriculares autônomos e obrigatórios na prática da maioria das escolas.

> "O mesmo raciocínio, ou pelo menos numa lógica parecida, vale para vários outros tipos de serviço, como a educação. A distância entre a qualidade oferecida pelo setor público e pela iniciativa privada é tão grande que melhorar o público não alterará em nada, por muito tempo, a opção dos ricos de mandar seus filhos para escolas privadas. Não esperem, portanto, iniciativas nesse sentido." (MOREIRA, 2017, p. 34).[89]

A chegada de Jair Bolsonaro à presidência em 2019 marcou uma inflexão ainda

---

[86] BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

[87] BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a fim de regulamentar a oferta de ensino médio; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

[88] BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_e_EM_2018_site.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

[89] MOREIRA, Eduardo. O que os donos do poder não querem que você saiba. 1. ed. Rio de Janeiro: Alaúde, 2017.

mais radical nas políticas educacionais, caracterizada por um explícito desmonte da educação pública e um ataque ideológico sem precedentes às humanidades. Nesse contexto, o movimento "Escola Sem Partido" (ESP) ganhou projeção e alinhamento com a agenda governamental, influenciando diretamente o discurso e as ações em relação ao currículo e à liberdade de cátedra. O governo Bolsonaro promoveu cortes orçamentários significativos e uma explícita desvalorização das áreas de Ciências Humanas. A Filosofia, em particular, foi um alvo de discursos que a associavam à "doutrinação ideológica" e à "inutilidade" para o mercado de trabalho.

A desqualificação do professor é um elemento central do discurso do Escola Sem Partido. O movimento Escola Sem Partido é caracterizado por uma comunicação que intencionalmente se alinha ao senso comum, buscando ressoar diretamente com o público geral. Para isso, ele emprega dicotomias simplistas, apresentando temas complexos, como currículo e metodologia de ensino, em termos de falsas alternativas (por exemplo, "escola ideológica" versus "escola neutra"). Essa abordagem serve para reduzir debates multifacetados a escolhas binárias e de fácil assimilação. Além disso, o movimento habilmente se vale de polarizações já presentes e enraizadas no campo político — como as divisões ideológicas entre direita e esquerda — para então introduzir e intensificar essas mesmas tensões e divisões no campo educacional, reforçando a percepção de que a escola é um palco para disputas ideológicas e não um espaço de pluralidade e conhecimento.

> "O que propugna o Escola sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores." (FRIGOTTO, 2017, p. 31)[90]

[90] FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

O impacto do discurso do ESP (Escola sem Partido) foi diretamente sentido na implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Embora a Lei nº 11.684/2008, promulgada no governo Lula, tivesse tornado a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias, a flexibilização curricular do Novo Ensino Médio, somada à pressão ideológica do governo Bolsonaro e do Escola Sem Partido, levou à quase exclusão efetiva da Filosofia dos currículos de muitas redes de ensino. A sequência de medidas – incluindo o congelamento de gastos (EC 95/2016), a reforma curricular do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017 e BNCC), e os ataques ideológicos – aponta para um projeto de desmonte da educação pública e para a desvalorização sistemática das humanidades. Esse projeto visa uma formação mais alinhada às demandas imediatas do mercado de trabalho, em detrimento de uma educação que promova a capacidade crítica, a autonomia do pensamento e a compreensão complexa da realidade social. A desvalorização e a quase exclusão da Filosofia do currículo refletem um ataque à própria capacidade de questionamento e de reflexão ética, elementos essenciais para a defesa da democracia e para a atuação cidadã em uma sociedade complexa.

A gestão Bolsonaro na educação foi marcada por um cenário de desinvestimento e desarticulação. Houve uma não priorização da área educacional, com cortes orçamentários significativos em universidades e bolsas de pesquisa, e uma aplicação de recursos muito abaixo da média da OCDE. A gestão foi caracterizada por uma alta rotatividade de ministros da Educação e uma "guerra cultural e ideológica" que, segundo críticos, não trouxe benefícios aos estudantes.

A transição para o governo Lula, a partir de 2023, sinalizou uma retomada da valorização das políticas de educação. Uma das primeiras ações foi a prorrogação do Plano Nacional de Educação (PNE) até dezembro de 2025, com a perspectiva de um novo PNE (2024-2034) a ser enviado ao Congresso, elaborado com ampla participação social e focado em metas como erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino e promoção humanística, científica e tecnológica.

A mudança de governo resultou em uma clara reafirmação da filosofia (e sociologia) como disciplinas essenciais e obrigatórias no currículo do Ensino Médio, marcando uma ruptura com a abordagem anterior. O projeto de lei enviado ao congresso

reestrutura a (LDB – Lei 13415/2017)[91] é o principal instrumento dessa reorientação. A medida foi uma resposta direta aos impactos da reforma de 2017 e um movimento para garantir uma formação mais sólida e abrangente. Ela explicitamente inclui história, geografia, sociologia e filosofia como componentes curriculares obrigatórios. Vários setores da sociedade têm apoiado e defendido essas disciplinas pois são pilares do pensamento crítico e da cidadania plena.

A transição do governo Bolsonaro e a atual administração do governo Lula marca uma profunda polarização de visões sobre a educação brasileira. Enquanto o primeiro tendeu a desinvestimento e desvalorização das humanidades, impulsionado por uma agenda neoliberal o seguinte se articula em torno da recomposição orçamentária, da inclusão social e da reafirmação da filosofia como disciplina basilar na formação educacional. A "melhoria" para o ensino de Filosofia, sob a ótica da atual administração, reside na sua revalorização explícita e na busca pelo retorno de sua obrigatoriedade e presença em uma formação geral mais robusta. Essa mudança de paradigma sinaliza o reconhecimento da Filosofia como ferramenta indispensável para o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de análise e da reflexão ética, elementos cruciais para a formação de cidadãos conscientes e atuantes.

[91] BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Reforma do Ensino Médio e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

3. Estratégias de Resistência e Reafirmação do Ensino de Filosofia no Contexto Neoliberal

O cenário de precarização e marginalização imposto pelo avanço do neoliberalismo na educação brasileira, especialmente sobre as humanidades, conforme detalhado no capítulo anterior, não encontra uma resposta passiva por parte dos agentes educacionais e da sociedade civil. Pelo contrário, emergem diversas estratégias de resistência e reafirmação do ensino de Filosofia, que buscam não apenas preservar seu espaço, mas também fortalecer seu papel crítico e emancipatório. Este capítulo explora essas estratégias, analisando práticas pedagógicas inovadoras, a mobilização social e política em defesa das humanidades, e o potencial da Filosofia como ferramenta essencial para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

3.1 Práticas Pedagógicas Inovadoras e o Desenvolvimento do Pensamento Crítico

Apesar das pressões curriculares e da ênfase em disciplinas utilitárias, professores e instituições têm demonstrado notável criatividade e resiliência na busca por manter e expandir o ensino de Filosofia. A flexibilização imposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que em um primeiro momento representou um retrocesso ao remover a obrigatoriedade da Filosofia como disciplina autônoma, pode ser paradoxalmente interpretada como uma oportunidade para a abordagem transversal dos conceitos filosóficos, enriquecendo o currículo como um todo. Uma das principais estratégias é a implementação de projetos interdisciplinares. Ao invés de se restringir a aulas isoladas, a Filosofia pode ser integrada a outras áreas do conhecimento, como História, Sociologia, Literatura e até mesmo Ciências e Matemática. Por exemplo, discussões sobre ética podem permear aulas de biologia ao abordar bioética, ou conceitos de lógica podem ser aplicados em problemas matemáticos. Essa abordagem não apenas mantém a presença da Filosofia, mas também demonstra sua relevância e sua capacidade de dialogar com diferentes campos do saber, auxiliando os alunos a "compreenderem as interconexões entre os diferentes saberes e a desenvolver uma visão mais ampla e complexa do mundo". Como sublinhou Marilena Chauí (2001, p. 11)[92]:

[92] CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2001.

> "A Filosofia é, antes de tudo, uma atitude, uma postura crítica diante do mundo e de si mesmo. Ela não se confunde com um conjunto de doutrinas prontas, mas é um exercício constante de questionamento, de busca de fundamentos e de sentido. Ensinar Filosofia é, pois, menos transmitir conteúdos do que provocar essa atitude reflexiva, essa capacidade de estranhamento diante do que parece óbvio e de construção de novas possibilidades de pensar e de agir. É despertar a curiosidade radical, a inquietação intelectual que leva à desnaturalização do que nos é dado."

As Olimpíadas de Filosofia e outros concursos de ensaio ou debate também têm ganhado destaque, incentivando a pesquisa, a escrita e a capacidade argumentativa dos estudantes. Essas atividades, ao mesmo tempo em que promovem o engajamento com o conteúdo filosófico, também contribuem para a valorização da disciplina no ambiente escolar e na comunidade. No que tange às metodologias ativas, a Filosofia encontra um terreno fértil. Aulas que priorizam o diálogo, a problematização e a investigação, inspiradas no método socrático de construção do conhecimento a partir do questionamento, ou na "educação dialógica e crítica" proposta por Paulo Freire, são essenciais. Essa abordagem se contrapõe à "abordagem meramente baseada em acúmulo de conteúdo sobre o funcionamento do mundo". Dessa forma, a prática pedagógica se torna um campo de resistência, onde a capacidade de pensar criticamente sobre as estruturas sociais é desenvolvida, em contraste com uma formação meramente instrumental. Segundo Freire (1996, p. 11)[93]:

> "A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir daquela. A linguagem e a realidade se ligam dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Não se pode, assim, ter uma compreensão do texto se não se tem, de algum modo, uma compreensão do mundo em que o texto está e do mundo que o texto fala."

[93] FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

O papel do professor como agente de transformação é crucial nesse cenário. A formação continuada, o intercâmbio de experiências e a construção de redes de apoio entre educadores são fundamentais. Professores bem-preparados e engajados são capazes de adaptar os currículos, criar materiais didáticos inovadores e, acima de tudo, inspirar os alunos a questionar o mundo e a se engajar em debates sobre questões éticas, políticas e sociais. A Filosofia é uma disciplina essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico, contrastando com o crescente foco no mercado de trabalho e na qualificação da força de trabalho defendido pelo modelo neoliberal.

3.2 Mobilização Social e Política em Defesa das Humanidades

A luta pela valorização da Filosofia e das humanidades na educação brasileira não se restringe ao ambiente escolar. Ela se manifesta em uma série de mobilizações sociais e políticas que buscam influenciar as decisões governamentais e a opinião pública. As associações de professores de Filosofia, como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), têm desempenhado um papel central na defesa da disciplina. Essas entidades organizam congressos, seminários, publicam materiais e atuam junto aos órgãos governamentais para propor políticas públicas que garantam a presença e a qualidade do ensino de Filosofia. A Lei nº 11.684 de 2008, que tornou a Filosofia e a Sociologia obrigatórias no ensino médio, é um exemplo claro do resultado dessas mobilizações acadêmicas e políticas.

Os sindicatos de trabalhadores em educação também têm sido importantes aliados nessa luta, incorporando a defesa das humanidades em suas pautas. Eles denunciam a precarização das condições de trabalho docente, os baixos salários e os ataques à liberdade de cátedra, argumentando que a desvalorização da Filosofia faz parte de um projeto maior de desmonte da educação pública. Além disso, universidades e pesquisadores têm contribuído significativamente para o debate, produzindo conhecimento sobre a importância da Filosofia e os impactos das reformas neoliberais. A pesquisa acadêmica não apenas fundamenta a defesa da disciplina, mas também propõe caminhos e soluções para os desafios enfrentados. A Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, foi pioneira na formação de professores e pesquisadores da área, influenciando os currículos das escolas secundárias.

> A universidade, como locus privilegiado da produção e disseminação do conhecimento, tem um papel insubstituível na valorização da filosofia. É nela que se formam os futuros professores e pesquisadores, e é de lá que emanam as discussões mais aprofundadas sobre os rumos da disciplina e sua relevância social. Quando as instituições de ensino superior investem na pesquisa filosófica, na publicação de periódicos e na organização de eventos, elas fortalecem a base acadêmica que sustenta o ensino da filosofia em todos os níveis, combatendo a ideia de que ela seria um saber menor ou dispensável. Chauí (2001, p. 25-26)[94]

Apesar dos avanços e do reconhecimento de setores governamentais, a luta é contínua. A pressão de grupos conservadores, como o "Escola Sem Partido", que veem o ensino da Filosofia como uma "manifestação do progressismo na educação" e a associam à "doutrinação ideológica", ainda representa uma ameaça. No entanto, a persistência dessas mobilizações demonstra a crença inabalável no valor da Filosofia para a formação de uma sociedade mais justa e democrática.

3.3 A Filosofia como Ferramenta para Enfrentar os Desafios Contemporâneos

A relevância da Filosofia transcende os muros da escola e se manifesta como uma ferramenta poderosa para enfrentar os complexos desafios do mundo contemporâneo, muitos deles agravados pela racionalidade neoliberal. Em primeiro lugar, a Filosofia é crucial para o desenvolvimento da empatia e da cidadania. Ao estudar diferentes perspectivas éticas e sociais, a Filosofia permite que os indivíduos "imaginem a situação de outra pessoa", compreendam "a complexidade de suas motivações" e desenvolvam uma "imaginação empática", qualidades essenciais para a participação democrática e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essa capacidade de pensar criticamente e ter empatia com os outros é vital para o bom funcionamento da democracia. Como pontua Nussbaum (2015, p. 25-26)[95]:

> “As capacidades da mente, cultivadas pelas humanidades, são

[94] CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2001.
[95] NUSSBAUM, Martha. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

> essenciais para a cidadania democrática, pois elas nos permitem ir além de nossos próprios horizontes e compreender a pluralidade de visões e experiências. A imaginação narrativa, em particular, ao nos transportar para a vida de outros, sejam eles personagens fictícios ou pessoas reais em contextos diversos, expande nossa capacidade de empatia e nos prepara para a deliberação pública informada e compassiva, indispensável para lidar com os complexos problemas de uma sociedade globalizada e interconectada."

Em segundo lugar, a Filosofia oferece um contraponto fundamental à "razão instrumental" que caracteriza o neoliberalismo. A Filosofia, ao explorar o "porquê" por trás dos fenômenos sociais e econômicos, desafia essa lógica utilitarista que prioriza o retorno econômico imediato e a produtividade, formando indivíduos que não se reduzem a "máquinas lucrativas", mas sim cidadãos íntegros capazes de questionar a tradição e as estruturas de poder.

> "A norma não é exterior ao indivíduo, mas internalizada; não é repressiva, mas incitativa. Torna-se um princípio de autogestão permanente, no qual o indivíduo é compelido a otimizar-se incessantemente, a considerar-se um 'capital humano' a ser valorizado. Essa injunção à performance e à autorresponsabilização despolitiza as questões sociais e as transforma em problemas de gestão individual, diluindo a solidariedade e a capacidade de ação coletiva em face das desigualdades estruturais." DARDOT E LAVAL (2016, p. 286)[96]

Em terceiro lugar, a Filosofia é uma aliada indispensável na era da informação e da polarização. Em um mundo inundado por notícias falsas, discursos de ódio e visões simplistas da realidade, as habilidades filosóficas de análise crítica, argumentação lógica e busca da verdade são mais necessárias do que nunca. A Filosofia equipa os estudantes para discernir a solidez de um argumento, identificar falácias e resistir à manipulação, contribuindo para um debate público mais qualificado e para a defesa de uma democracia baseada na razão e no diálogo.

Finalmente, a Filosofia auxilia na reflexão sobre o trabalho e a vida em um

[96] DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

contexto de precarização. Diante da "pejotização" e da "uberização", onde o indivíduo é compelido a se tornar "empresário de si mesmo" e a arcar com os riscos que antes eram do empregador, a Filosofia oferece ferramentas para questionar essa lógica. Ela permite uma reflexão sobre o "privilégio da servidão" e a internalização da exploração.

> A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho. Vide a experiência britânica do zero hour contract [contrato de zero hora], o novo sonho do empresariado global. Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a "uberização", amplia-se a "pejotização", florescendo uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento.[97](ANTUNES, 2018, P. 89)

3.4 O Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN) do CEFET/RJ: Um Contraponto à Instrumentalização Neoliberal da Educação

No cenário educacional contemporâneo, caracterizado por uma crescente inclinação para modelos pragmáticos e utilitaristas, o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) assume um papel de destaque como bastião da reflexão crítica. A existência deste programa em uma instituição reconhecida por sua forte vocação tecnológica representa, intrinsecamente, uma manifestação de que a formação humana transcende a mera capacitação técnica. A tese em questão, ao se desenvolver no âmbito do PPFEN, investiga precisamente as ramificações de uma mentalidade que busca reduzir a educação a um mero treinamento para o mercado de trabalho, em detrimento de uma compreensão mais ampla e humanista do processo formativo. Este programa, portanto, emerge como um espaço acadêmico onde a Filosofia é cultivada não como um adendo

[97] ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

curricular, mas como um elemento central para a compreensão dos complexos desafios da sociedade. Se dispõe desta forma na apresentação encontrada na página do programa:

> "A Filosofia possui grande importância, seja para a compreensão dos fundamentos das ciências, seja para a formação do indivíduo como cidadão autônomo capaz de refletir sobre a contemporaneidade como um todo; entretanto, o cenário atual permite-nos afirmar que o ensino efetivo desta disciplina depende de e requisita espaço para a reflexão e subsequente produção de estratégias e materiais didáticos. Espaços como este são criados junto com o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino. Neste sentido, o PPFEN reafirma seu compromisso com a defesa da presença da filosofia na educação básica enquanto disciplina da grade curricular por entendê-la como constituinte de uma formação integral dos estudantes em sociedades democráticas."[98]

Ao fomentar a pesquisa e a discussão sobre as implicações das reformas educacionais e a influência do pensamento economicista no ensino de Filosofia, o PPFEN capacita futuros mestres e doutores a identificar, analisar e propor alternativas a essas tendências. Trata-se de um compromisso com a produção de conhecimento que não se curva à lógica da produtividade imediata, mas que, ao contrário, fortalece as bases para uma educação que promova a autonomia intelectual e a capacidade de discernimento ético, elementos indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e consciente. Desse modo, o PPFEN se consolida como um polo fundamental na rede de instituições que resistem à instrumentalização da educação, reafirmando o valor perene da Filosofia como ferramenta para a emancipação do pensamento e a construção de um futuro que priorize o desenvolvimento humano integral.

[98] CEFET/RJ. PPFEN. Apresentação. [S. l.]: [s. n.], [s.d.]. Disponível em: https://dippg.cefet-rj.br/ppfen/index.php/pt/apresentacao. Acesso em: 12 jul. 2025.

Conclusão

A presente dissertação debruça-se sobre a evolução do ensino filosófico no Brasil, revelando uma intrínseca dualidade entre distintas visões de educação e de sociedade. Desde a sua gênese com a chegada dos jesuítas no século XVI, que lhe imprimiram um caráter formativo alinhado à fé e à moral cristã, até os desafios impostos pelo contexto neoliberal contemporâneo, a Filosofia tem oscilado entre a condição de pilar do pensamento crítico e a de disciplina marginalizada, preterida em favor de saberes percebidos como mais "úteis" ou "produtivos". O objetivo desta análise ética das transformações educacionais no país foi não apenas rastrear esses avanços e recuos históricos, mas também delinear estratégias de resistência e reafirmação do papel inalienável da Filosofia na formação humana plena e democrática.

Um dos eixos centrais desta investigação reside na análise do impacto do neoliberalismo sobre a educação brasileira. Evidenciou-se que esta racionalidade política onipresente, que visa à mercantilização de todas as esferas da vida social, incluindo o campo educacional, impulsionou a valorização de disciplinas com vocação tecnocrática e utilitarista, em detrimento das humanidades. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio de 2017 são exemplares dessa tendência, que relegou a Filosofia a um status não obrigatório e, por conseguinte, desprivilegiado. A depreciação do pensamento crítico, da formação cidadã e da reflexão ética em nome de uma lógica de produtividade e empregabilidade imediata configura uma das consequências mais preocupantes desse paradigma.

Contudo, a trajetória da Filosofia no currículo brasileiro é, concomitantemente, uma narrativa de resiliência. Após ter sido suprimida durante o regime militar, substituída por disciplinas de cunho moral e cívico, a Filosofia reconquistou sua obrigatoriedade em 2008. Esta reintegração significou um reconhecimento e uma valorização das ciências humanas como pilares fundamentais para a formação da cidadania, e não meramente como instrumentalização profissional. Embora a reforma do Ensino Médio de 2017 tenha novamente fragilizado essa conquista, as mobilizações da sociedade civil e de setores educacionais em defesa das humanidades persistem, buscando reverter essa abordagem instrumentalizante.

As táticas de resistência são multifacetadas e se manifestam tanto no plano pedagógico quanto no político-social. A adoção de práticas educacionais inovadoras,

como projetos interdisciplinares e metodologias ativas que estimulam o diálogo e a problematização, é crucial para a vitalidade da Filosofia nas instituições de ensino. Nesse cenário, o educador assume um papel transformador, capaz de instigar os estudantes a questionar o mundo e a engajar-se em debates sobre questões éticas, políticas e sociais. Adicionalmente, a articulação de associações de professores, sindicatos e universidades, por meio de encontros, publicações e produção de conhecimento, tem sido essencial para fundamentar a defesa da disciplina e para influenciar políticas públicas que assegurem sua presença e aprimorem sua qualidade no ensino.

A Filosofia, portanto, transcende a categoria de um mero deleite intelectual para se consolidar como uma ferramenta indispensável ao desenvolvimento do pensamento crítico e da acuidade ética. Ela capacita os indivíduos a irem além da mera instrumentalização do conhecimento, permitindo-lhes discernir as implicações humanas e sociais das inovações tecnológicas. Ao subverter as premissas subjacentes aos modelos econômicos e sociais dominantes, a Filosofia fomenta a capacidade de avaliar valores, de promover a responsabilidade e de vislumbrar futuros alternativos, garantindo que o progresso técnico não se desvincule da busca por uma sociedade justa e equitativa. Em um mundo contemporâneo cada vez mais complexo, permeado por informações distorcidas e discursos simplistas, as competências filosóficas de análise crítica, argumentação lógica e busca da verdade tornam-se imperativas.

A experiência de programas de pós-graduação dedicados ao ensino da Filosofia, como o do CEFET/RJ, onde esta dissertação foi elaborada, desponta como um contraponto significativo à instrumentalização neoliberal da educação. Ao cultivar a Filosofia não como um mero apêndice curricular, mas como um componente central para a compreensão dos intrincados desafios sociais, tais programas se estabelecem como baluartes da reflexão crítica e focos de resistência. O compromisso com a defesa da presença da Filosofia na educação básica, concebendo-a como constitutiva de uma formação integral dos estudantes em sociedades democráticas, reafirma o valor perene da disciplina para a emancipação do pensamento e a edificação de um futuro que priorize o desenvolvimento humano em sua plenitude.

Apesar das pressões impostas por políticas de cunho neoliberal, a recente transição governamental no Brasil sinalizou uma revalorização das políticas educacionais e das humanidades. A reafirmação da Filosofia como disciplina essencial e obrigatória no currículo do Ensino Médio, com propostas de reestruturação da legislação educacional, representa uma ruptura com a abordagem anterior e um reconhecimento da Filosofia

como um instrumento insubstituível para o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de análise e da reflexão ética.

Em síntese, na aparente "inutilidade" da Filosofia, sob a ótica da lógica de mercado, reside sua mais potente capacidade subversiva e emancipadora. Ela nos convida a explorar o que é impensado, a questionar o estabelecido e a conceber novas possibilidades de ser e de agir no mundo. Sua presença na educação é fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na transformação social. Assegurar e fortalecer o ensino de Filosofia no Brasil é, assim, um imperativo na defesa da democracia, da justiça social e da própria dignidade humana, em um contexto que teima em reduzi-la a meras ferramentas de produção. A luta, embora contínua, é alimentada pela convicção inabalável no valor da Filosofia para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Referências:

ALVES, Dalton. **O ensino de filosofia nos anos de repressão pós-1964**. *Ensaios Filosóficos*, Volume X, Dezembro/2014.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 abr. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Reforma do Ensino Médio e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. **O que é o CNPJ**. Brasília, DF: Receita Federal, [2024]. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-cnpj. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_e_EM_2018_site.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Politeia; Editora Unesp, 2019.

CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS (CEP). **El Ladrillo**: Bases de la política económica del gobierno militar chileno. Santiago: CEP, 1992.

CEFET/RJ. PPFEN. Apresentação. [S. l.]: [s. n.], [s.d.]. Disponível em: https://dippg.cefet-rj.br/ppfen/index.php/pt/apresentacao. Acesso em: 12 jul. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DICIO, Dicionário Online de Português. **Coach**. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: https://www.dicio.com.br/coach/. Acesso em: 7 jun. 2025.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad**: tres décadas de política económica en Chile. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

GÁRATE, Manuel. **La revolución capitalista de Chile (1973-2003)**. Santiago: Editorial Universidad Alberto Hurtado, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**: A Política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 1.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Liberal, 1990.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

HURT, Stephen R. Consenso de Washington. In: *Encyclopedia Britannica*. [S. l.]: Britannica, 27 maio 2020. Disponível em: https://www.britannica.com/money/Washington-consensus. Acesso em: 30 jun. 2025.

INVESTOPEDIA. **Monetarism**. [S. l.]: Investopedia, 2025. Disponível em: https://www.investopedia.com/terms/m/monetarism.asp. Acesso em: 26 maio 2025.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2004.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Conselho Nacional de Educação, accessed November 11, 2024, http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc.

MOREIRA, Eduardo. **Deselegância Fatal**: O Brasil e os Bancos. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MOREIRA, Eduardo. **O que os donos do poder não querem que você saiba**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alaúde, 2017.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MOULIAN, Tomás. **Chile actual**: anatomía de un mito. Santiago: LOM Ediciones, 1997.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 2014.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Tradução de Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Martin Claret, 2003.

POCHMANN, Marcio. **O tempo do trabalho**: Ensaios sobre a era da precarização e da desigualdade. São Paulo: Boitempo, 2018.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: Brasil, anos 90: a desestruturação do trabalho e a reestruturação do capital. São Paulo: Cortez, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

WIKIPÉDIA. **Estagflação**. *Wikipédia: a enciclopédia livre*, [s. l.], 21 mai. 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estagfla%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 24 maio 2025.

Anexos

Anexo 1 – Produto Pedagógico

Minicurso de Filosofia e Educação em Tempos Neoliberais

Ementa: Este minicurso propõe uma análise crítica do papel do ensino de Filosofia no Brasil em face das transformações educacionais impostas pelo contexto neoliberal. Abordaremos o histórico da disciplina no país, os fundamentos e impactos do neoliberalismo na educação, e exploraremos estratégias de resistência e reafirmação do pensamento crítico e humanístico.

Público-alvo: Estudantes de licenciatura, professores de Filosofia e outras áreas das Ciências Humanas, educadores, pesquisadores e demais interessados no debate sobre filosofia, educação, sociedade e neoliberalismo.

Objetivos Gerais:

Compreender a trajetória histórica do ensino de Filosofia no Brasil e suas interconexões com os contextos políticos e sociais. Analisar criticamente os conceitos e impactos do neoliberalismo na educação brasileira, com foco na marginalização das humanidades. Explorar estratégias pedagógicas e de mobilização social para reafirmar o valor do ensino de Filosofia como ferramenta para o pensamento crítico e a cidadania. Refletir sobre o papel da Filosofia na formação humana integral em um cenário de crescente instrumentalização do conhecimento.

Índice do Minicurso

Aula 1: A Trajetória da Filosofia no Brasil: Entre a Valorização e a Supressão 80
1.1. As Origens Jesuíticas e o Período Imperial 80
1.2. República Velha e Era Vargas: Positivismo e Consolidação 80
1.3. Ditadura Militar: Repressão e Resistência 81
1.4. Redemocratização e os Desafios da Reintegração (LDB 1996 e Lei 11.684/2008) 81
1.5. Atividade Prática: Linha do Tempo e Debate 81
Aula 2: Neoliberalismo: Conceituação e seus Impactos na Sociedade e na Educação 81
2.1. O que é Neoliberalismo? Uma Racionalidade Totalizante 81
2.2. O Projeto Chileno: Laboratório do Neoliberalismo 81
2.3. Neoliberalismo x Welfare State: Uma Confrontação de Modelos 81
2.4. A Lógica do Mercado e o "Sujeito como Empresa de Si Mesmo" 81
2.5. Atividade Prática: Análise de Manchetes e Estudo de Caso 81
Aula 3: O Neoliberalismo na Educação Brasileira: Desafios e Consequências 81
3.1. A Educação como Mercadoria: Avaliações, Rankings e Privatização 81
3.2. A BNCC e a Reforma do Ensino Médio de 2017: A Marginalização da Filosofia 81
3.3. O Discurso do "Escola Sem Partido" e o Ataque às Humanidades 81
3.4. Precarização do Trabalho Docente e o Empobrecimento do Pensamento Crítico 81
3.5. Atividade Prática: Debate de Dilemas Educacionais 81
Aula 4: Estratégias de Resistência e a Reafirmação do Ensino de Filosofia 81
4.1. Práticas Pedagógicas Inovadoras: Interdisciplinaridade e Metodologias Ativas 81
4.2. Mobilização Social e Política: O Papel de Associações, Sindicatos e Universidades 81
4.3. A Filosofia como Ferramenta para Enfrentar a Razão Instrumental e a Polarização 81
4.4. O Papel dos Programas de Pós-Graduação (PPFEN/CEFET/RJ) na Resistência 81
4.5. Atividade Prática: Brainstorming de Ações e Projeção de Cenários 81
4.6. Considerações Finais 81

Programa detalhado das aulas:

Aula 1: A Trajetória da Filosofia no Brasil: Entre a Valorização e a Supressão

1.1. As Origens Jesuíticas e o Período Imperial: Início do ensino filosófico no Brasil pelos jesuítas no século XVI, com foco na formação humanística e religiosa. O *Ratio Studiorum* e a fusão do pensamento aristotélico com a doutrina tomista. Expulsão dos jesuítas e o impacto no ensino filosófico.

1.2. República Velha e Era Vargas: Positivismo e Consolidação: Esforços para resgatar a filosofia com a Proclamação da República. Influência do positivismo no currículo escolar. Criação das primeiras faculdades de filosofia (décadas de 1930 e 1940) para formação de professores. A reinserção obrigatória da filosofia no ensino secundário pela Reforma Francisco Campos na Era Vargas. Ambiguidade da função da disciplina: formação humanística versus controle ideológico.

1.3. Ditadura Militar: Repressão e Resistência (1964-1985): Imposição de um modelo educacional tecnocrático e supressão da Filosofia e Sociologia pela Lei nº 5.692/1971, substituídas por Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Objetivo de controle social e formação de cidadãos obedientes. A Filosofia restrita ao ensino superior e a formação acrítica da juventude. Formas de resistência: grupos de estudo clandestinos e inserção de reflexões filosóficas em outras disciplinas.

1.4. Redemocratização e os Desafios da Reintegração (LDB 1996 e Lei 11.684/2008): Constituição de 1988 e a busca pela cidadania e pensamento crítico. LDB 1996: marco na reorganização, mas Filosofia facultativa. Lei nº 11.684/2008: torna Filosofia e Sociologia obrigatórias no ensino médio. Desafios na implementação: falta de professores e resistência de setores conservadores. Reforma do Ensino Médio de 2017 (BNCC e Lei 13.415/2017) e a remoção da obrigatoriedade, diluindo-a em itinerários formativos.

Atividade Prática (1.5): Linha do Tempo e Debate

Dividir os participantes em grupos. Cada grupo receberá cartões com eventos importantes na história do ensino de Filosofia no Brasil (períodos, leis, reformas, movimentos). Os

grupos deverão organizar os cartões em uma linha do tempo, discutindo a importância de cada evento para a valorização ou supressão da disciplina. Em seguida, cada grupo apresentará um breve resumo de um período específico da linha do tempo, destacando os principais avanços e retrocessos para o ensino de Filosofia.

Debate: "A Filosofia no currículo escolar brasileiro: um pêndulo entre a essencialidade e a utilidade". Discutir as razões históricas por trás da inserção e supressão da disciplina, e as implicações dessas mudanças para a formação dos estudantes.

Aula 2: Neoliberalismo: Conceituação e seus Impactos na Sociedade e na Educação

2.1. O que é Neoliberalismo? Uma Racionalidade Totalizante: Definição do neoliberalismo como uma reconfiguração da organização econômica, social e subjetiva, enfatizando eficiência, competitividade e lógica de mercado. Não apenas um conjunto de políticas econômicas, mas uma "racionalidade política totalizante" que molda indivíduos e instituições. O Estado como "agente ativo da concorrência generalizada". A lógica de mercado disseminada a todas as esferas da vida.

2.2. O Projeto Chileno: Laboratório do Neoliberalismo: O Chile sob Pinochet como o primeiro laboratório para a aplicação da doutrina neoliberal. Os "Chicago Boys" e o programa "El Ladrillo": liberalização de preços, privatização, desregulamentação e redução do papel do Estado. A violência como elemento funcional à reestruturação econômica. Privatização de saúde, educação e previdência (AFPs). Flexibilização das relações de trabalho e o "milagre do Chile" seguido por alta desigualdade.

2.3. Neoliberalismo x *Welfare State*: Uma Confrontação de Modelos: Ruptura com a social-democracia e adoção de políticas para conter inflação e desaceleração econômica. Características da política neoliberal: redução de impostos, diminuição do gasto público, privatização de empresas, restrição da proteção social, desregulamentação de mercados. O modelo Fordista-Keynesiano (pós-II Guerra) unindo crescimento econômico e proteção social, e sua crise ("estagflação"). A ascensão do neoliberalismo como resposta a essa crise.

2.4. A Lógica do Mercado e o "Sujeito como Empresa de Si Mesmo": Consenso de Washington e a competitividade entre países, trabalhadores e governos. A ascensão do

capitalismo financeiro e suas consequências: concentração de riqueza, precarização do trabalho, endividamento. A transformação subjetiva: o indivíduo como "capital humano" e "empresário de si mesmo". Fenômenos como a "pejotização" e "uberização" como novas formas de precarização.

Atividade Prática (2.5): Análise de Manchetes e Estudo de Caso

Apresentar aos participantes algumas manchetes recentes (fictícias ou reais, mas não citadas na dissertação) relacionadas a temas como: privatização de serviços públicos, reformas trabalhistas, incentivo ao empreendedorismo individual, cortes em gastos sociais, etc. Em grupos, os participantes deverão analisar as manchetes e identificar a lógica neoliberal por trás delas, relacionando com os conceitos discutidos na aula.

Estudo de Caso: Apresentar um breve estudo de caso de uma empresa ou setor que exemplifique a lógica do "sujeito como empresa de si mesmo" (ex: entregadores de aplicativo). Discutir os desafios e as implicações sociais para os trabalhadores.

Aula 3: O Neoliberalismo na Educação Brasileira: Desafios e Consequências

3.1. A Educação como Mercadoria: Avaliações, Rankings e Privatização: A educação, especialmente a pública, reorientada por metas de desempenho, produtividade e rentabilidade. A escola como empresa, professores como gestores, alunos como clientes ou empreendedores, e conhecimento como ativo. Perda da função emancipadora do ensino. O neoliberalismo vê a educação como um mercado concorrencial.

3.2. A BNCC e a Reforma do Ensino Médio de 2017: A Marginalização da Filosofia: Aprovada em 2017, a BNCC remove a obrigatoriedade da Filosofia do currículo do ensino médio. A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e os itinerários formativos, diluindo as humanidades. Redução da carga horária de Filosofia e Sociologia. Visão instrumental da educação, focada no mercado de trabalho, ameaçando a formação de cidadãos críticos.

3.3. O Discurso do "Escola Sem Partido" e o Ataque às Humanidades: O movimento "Escola Sem Partido" (ESP) e seu alinhamento com a agenda governamental. Associações da Filosofia à "doutrinação ideológica" e "inutilidade". Cortes orçamentários

e desvalorização das Ciências Humanas. O discurso simplista e polarizado do ESP. Crítica ao ESP e a anulação da função docente.

3.4. Precarização do Trabalho Docente e o Empobrecimento do Pensamento Crítico: Professores de Filosofia com poucos horários, obrigados a ministrar outras disciplinas. Substituição da Filosofia por "empreendedorismo" ou "projeto de vida". Desvalorização do professor e ataque à liberdade de cátedra. A educação orientada para habilidades técnicas em detrimento da reflexão sobre questões éticas, sociais e políticas. Empobrecimento do "pensamento crítico" reduzido à resolução eficiente de problemas práticos.

Atividade Prática (3.5): Debate de Dilemas Educacionais

Apresentar aos grupos um ou dois "dilemas educacionais" contemporâneos influenciados pela lógica neoliberal (ex: "Escola que ensina 'empreendedorismo' desde cedo X Escola que foca na formação humanística"; "Avaliações padronizadas X Desenvolvimento integral do aluno"). Cada grupo defenderá uma das posições, utilizando argumentos baseados nos conceitos discutidos na aula (impactos do neoliberalismo, valor das humanidades, função da educação). Promover um debate mediado, incentivando a escuta ativa e a construção de pontes entre as diferentes perspectivas.

Aula 4: Estratégias de Resistência e a Reafirmação do Ensino de Filosofia

4.1. Práticas Pedagógicas Inovadoras: Interdisciplinaridade e Metodologias Ativas: Projetos interdisciplinares: Filosofia integrada a História, Sociologia, Literatura, Ciências e Matemática (ex: bioética, lógica). Olimpíadas de Filosofia, concursos de ensaio e debate para incentivar a pesquisa e argumentação. Metodologias ativas: diálogo, problematização, método socrático, educação dialógica e crítica (Paulo Freire). O professor como agente de transformação.

4.2. Mobilização Social e Política: O Papel de Associações, Sindicatos e Universidades: Ações da ANPOF e associações de professores de Filosofia na defesa da disciplina. Sindicatos de trabalhadores em educação na luta pelas humanidades. Contribuição de universidades e pesquisadores na produção de conhecimento e

fundamentação da defesa da Filosofia. A persistência das mobilizações frente a grupos conservadores.

4.3. A Filosofia como Ferramenta para Enfrentar a Razão Instrumental e a Polarização: Relevância da Filosofia para o desenvolvimento da empatia e cidadania. Capacidade de "imaginando a situação de outra pessoa" e a importância para a democracia. Contraponto à "razão instrumental" do neoliberalismo: explorar o "porquê" além do "como". Formação de cidadãos íntegros, não apenas "máquinas lucrativas". Ferramenta para análise crítica de notícias falsas e discursos simplistas.

4.4. O Papel dos Programas de Pós-Graduação (PPFEN/CEFET/RJ) na Resistência: O PPFEN/CEFET/RJ como bastião da reflexão crítica em uma instituição tecnológica. A tese em questão como exemplo de investigação das implicações da redução da educação a treinamento para o mercado. O programa como espaço para o cultivo da Filosofia para a compreensão dos desafios sociais. Formação de mestres e doutores para analisar e propor alternativas às tendências instrumentalizadoras.

Atividade Prática (4.5): Brainstorming de Ações e Projeção de Cenários

Em grupos, os participantes farão um brainstorming de ações concretas que podem ser implementadas em seus respectivos contextos (sala de aula, escola, comunidade, etc.) para fortalecer o ensino de Filosofia e das humanidades, baseadas nas estratégias discutidas. Apresentação das ideias pelos grupos.

Projeção de Cenários (4.6): Debater coletivamente: "Diante do cenário atual, quais os caminhos possíveis para o ensino de Filosofia no Brasil? Como podemos contribuir para um futuro em que a Filosofia ocupe um papel primordial e proeminente nos currículos escolares?".